



EMPRESA  
DE MANUTENÇÃO  
DE EQUIPAMENTO  
FERROVIÁRIO, S.A.



RELATÓRIO  
DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

RELATÓRIO DE  
GOVERNO SOCIETÁRIO

2015





EMPRESA  
DE MANUTENÇÃO  
DE EQUIPAMENTO  
FERROVIÁRIO, S.A.

Relatório  
de Gestão

Demonstrações  
Financeiras

Relatório de  
Governo Societário

2015

# RELATÓRIO DE GESTÃO

9	Mensagem do Presidente
10	Síntese de indicadores
11	Enquadramento do ano
22	<b>I. Relatório da Atividade</b>
23	1. Conjuntura económica
24	2. Atividade desenvolvida
31	3. Desenvolvimento do negócio
33	4. Análise económica e financeira
41	5. Investimentos
42	<b>II. Cumprimento das Orientações Legais</b>
43	1. Objetivos de gestão
44	2. Gestão do risco financeiro
46	3. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos
47	4. Cumprimento das recomendações do acionista
47	5. Remunerações
49	6. Estatuto do gestor público
49	7. Contratação pública
50	8. Sistema Nacional de Compras Públicas e parque de veículos do Estado
50	9. Medidas de redução de gastos operacionais
52	10. Princípio da unidade de tesouraria do Estado
52	11. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas
52	12. Informação divulgada no site do SEE
53	13. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais
54	<b>III. Perspetivas para o futuro</b>
56	<b>IV. Factos relevantes após o termo do período</b>
58	<b>V. Proposta de aplicação dos resultados</b>

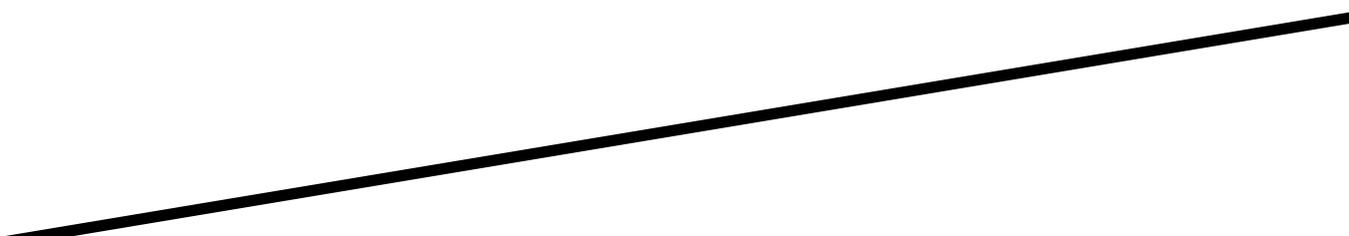
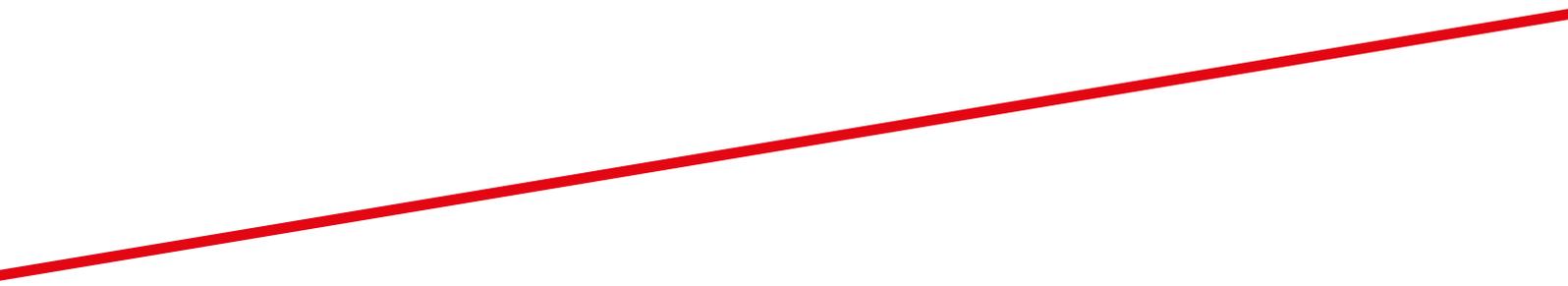
## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>62</b>
Balanço	63
Demonstração dos Resultados	64
Demonstração de Fluxos de Caixa	65
Mapa das Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	66
<b>Notas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>70</b>
1. Identificação da entidade	71
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	72
3. Bases de apresentação e políticas contábilísticas	74
4. Fluxos de caixa	85
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas, erros e reexpressões efetuadas	87
6. Ativos fixos tangíveis	87
7. Ativos intangíveis	89
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	90
9. Participações financeiras – outros métodos	92
10. Inventários	92
11. Clientes	96
12. Estado e outros entes públicos	98
13. Outras contas a receber	100
14. Diferimentos	101
15. Capital realizado	103
16. Outros instrumentos de capital próprio	103
17. Reservas legais	103
18. Outras reservas	104
19. Resultados transitados	104

105	20. Provisões
106	21. Financiamentos obtidos
107	22. Outras contas a pagar
108	23. Fornecedores
109	24. Adiantamentos de clientes
109	25. Adiantamentos a Fornecedores
110	26. Vendas e serviços prestados
110	27. Subsídios à exploração
111	28. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
112	29. Variação nos inventários da produção
112	30. Trabalhos para a própria entidade
113	31. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
114	32. Fornecimentos e serviços externos
115	33. Gastos com o pessoal
116	34. Outros rendimentos e ganhos
117	35. Outros gastos e perdas
118	36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização
119	37. Juros e gastos similares suportados
119	38. Imposto sobre o rendimento do período
121	39. Partes relacionadas
123	40. Garantias e avals
123	41. Locações operacionais
124	42. Matérias ambientais
125	43. Acontecimentos após a data de balanço

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

I. Missão, objetivos e políticas	128
II. Estrutura de capital	130
III. Participações sociais e obrigações detidas	132
IV. Órgãos sociais e comissões	136
A. Mesa da Assembleia Geral	137
B. Administração e Supervisão	137
C. Fiscalização	143
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	147
E. Auditor Externo	148
V. Organização interna	150
A. Estatutos e Comunicações	151
B. Controlo interno e gestão de riscos	151
C. Regulamentos e Códigos	152
D. Deveres especiais de informação e sítio da Internet	154
VI. Remunerações	156
A. Competências para a determinação	157
B. Comissão de fixação de remunerações	157
C. Estrutura das remunerações	157
D. Divulgação das remunerações	157
VII. Transações com partes relacionadas e outras	158
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	160
IX. Avaliação do Governo societário	174

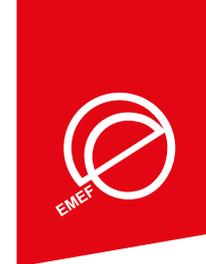




Conhecimento no lugar certo  
Knowledge in the right place  
[emef.pt](http://emef.pt)

# RELATÓRIO DE GESTÃO





## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 ficou marcado pelo processo de reprivatização da empresa que, como é do conhecimento de todos, não logrou sucesso. Mas este desenlace esteve associado a dificuldades no desenrolar do processo e não à avaliação do valor intrínseco da empresa, que de resto se viu confirmado e reforçado pelas diversas manifestações de interesse dos potenciais investidores.

A tarefa de todos é agora o reforço e consolidação desse valor. Os desafios que anteriormente se impunham mantêm-se pois no presente, alguns até mais prementes, como a consolidação de uma estrutura financeira sustentável e o rejuvenescimento dos quadros de pessoal garantindo, simultaneamente, o *know-how*, experiência e competências adquiridos.

Aperfeiçoando a relação com o seu acionista CP, mas atuando num mercado cada vez mais liberalizado, com o desafio de enfrentar a crescente concorrência a que a EMEF permanece subordinada com os constrangimentos decorrentes do setor público empresarial, continuamos a vislumbrar com franco e bem sustentado otimismo o futuro da EMEF.

Vários são os sinais positivos registados no exercício de 2015, tais como o profissionalismo da preparação e apresentação do

projeto de grande reparação R1 dos CPA 4000, ou a adjudicação à EMEF da Revisão Geral da frota Eurotram da Metro do Porto, esta em moldes totalmente concorrenciais, que permitem antever a continuidade da empresa e confirmam a sua capacidade para responder aos desafios do mercado e do sector em que se insere.

Igualmente positivos são os resultados financeiros deste exercício, que se explicam no presente documento, e que permitem concluir que a EMEF prossegue o seu caminho para uma capacidade financeira cada vez mais sustentável.

Estamos pois seguros que a EMEF não parará e que, para que assim aconteça, todos os Órgãos da empresa e seus Trabalhadores manterão os sobejamente demonstrados profissionalismo, zelo e competência.

Esse é o sentido que este Conselho de Administração dará às funções que o País lhe confiar, fazendo desta a sua missão.

Terminamos com uma palavra de apreço e louvor a todos os Trabalhadores da EMEF, sem os quais os bons resultados demonstrados no presente relatório não teriam sido possíveis.

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

# SÍNTESE DE INDICADORES

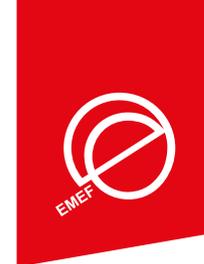
Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:



## INDICADORES (euros)

	2015	2014	Δ %
<b>Resultados</b>			
Resultado Operacional	2 208 873	2 244 053	-2%
Rendimentos Operacionais	60 637 187	57 357 328	6%
Gastos Operacionais	58 428 314	55 113 274	6%
EBITDA*	3 138 311	3 473 879	-10%
Resultado Líquido	1 378 050	909 485	52%
<b>Negócio</b>			
Volume de Negócios	58 562 230	54 993 577	6%
VAB	29 096 139	31 143 200	-7%
VAB per capita	29 464	29 717	-1%
<b>Investimentos</b>			
Investimentos	399 079	108 184	269%
<b>Recursos Humanos</b>			
Efetivo Final do Exercício	979	1 030	-5%
Efetivo Médio	988	1 048	-6%

\* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade



# ENQUADRAMENTO DO ANO

## 1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Por Despacho n.º 1876/14-SET, de 22.09.2014, da Secretaria de Estado do Tesouro, relativo ao Regime de Contratação na EMEF, foi superiormente determinado que “Compete à empresa avaliar, em face da lei, a respetiva sujeição ao Código dos Contratos Públicos”.

Do mesmo Despacho superior consta a concordância de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro aos argumentos aduzidos pela EMEF mediante os quais demonstra que o Código dos Contratos Públicos (CCP) não lhe é aplicável pois que a sua atividade se exerce em obediência a uma lógica de mercado e da concorrência.

Atenta esta revogação do Despacho que determinava a sujeição da EMEF à Parte II do CCP, foi elaborado um Procedimento Funcional da Qualidade designado “PFQ 06.2.0 – Contratação” que institui as regras internas de contratação da empresa. Em anexo ao mencionado PFQ foi aprovado o Regulamento Pré-contratual da EMEF, que define as regras a que a empresa e os interessados nos procedimentos aquisitivos se vinculam.

O “PFQ 06.2.0 – Contratação” foi elaborado de molde a agilizar procedimentos aquisitivos da empresa mas sem descurar a aplicação plena dos princípios aplicáveis à contratação pública, mormente os da transparência, igualdade e concorrência.

Em 2015 a EMEF aplicou o “PFQ 06.2.0 – Contratação” nos seus processos aquisitivos.

## 2. PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

Por Decreto-Lei n.º 70/2015, de 6 de maio, foi aprovado o processo de reprivatização da EMEF, através de venda direta de referência, de modo a alienar até 100% do seu capital social a privados, com reserva de 5% para os trabalhadores mediante oferta pública.

O caderno de encargos da venda direta de referência foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-A/2015, de 08 de maio.

O processo foi conduzido pela CP com assessoria financeira do Banco Big e assessoria jurídica da SRS & Associados.

Todas as áreas de suporte da empresa estiveram envolvidas na preparação das necessárias *Due Diligences*.

Foram recebidas duas propostas e no relatório fundamentado elaborado pela CP, E. P. E., conclui -se que, das propostas apresentadas pela ALSTOM Transport Holdings, B.V., e pela

BAVARIA Industries Group AG, apenas a proposta apresentada pela ALSTOM Transport Holdings, B.V., reunia os requisitos mínimos legalmente exigidos pelo caderno de encargos para ser considerada para efeitos de apreciação e avaliação no contexto do presente processo de reprivatização, tendo o Governo, de acordo com o disposto no artigo 14.º do caderno de encargos, procedido à sua apreciação.

De forma a reforçar a absoluta transparência do processo de reprivatização, o Governo decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes aos procedimentos adotados no âmbito da referida operação.

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2015, o Governo determinou a realização de uma fase de negociações com a proponente ALSTOM Transport Holdings, B.V..

Decorrida a fase de negociações acima mencionada, foi elaborado relatório pela acionista CP, no qual esta concluiu que não se encontravam reunidas as condições para que a proposta apresentada pela ALSTOM Transport Holdings, B.V., pudesse ser aceite, por não se encontrar suficientemente garantida, à luz do interesse público, a concretização dos objetivos subjacentes ao processo de venda direta, ficando assim, também, sem qualquer efeito a oferta pública de venda dirigida a trabalhadores.

Termos em que, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-C/2015, o Governo deu por concluído o processo de reprivatização da EMEF sem qualquer alienação de participações sociais.

### 3. CONTRATUALIZAÇÃO COM CLIENTES

Em 2015, foram efetuados com a CP contratos específicos para a manutenção das séries de material circulante, cuja manutenção é assegurada pela EMEF, e para a intervenção de reparação tipo R1 aos 10 comboios pendulares da CP. Foram ainda efetuados ou renovados os contratos de prestação de serviços com outros clientes, nomeadamente com a CP Carga, com a REFER/IP, com a Metro do Porto e com a NAP.

# A EMEF EM 2015

## JANEIRO

A 30 de janeiro, a EMEF acolheu, nas suas instalações da Reboleira, a apresentação do projeto InTrain – projeto de investigação e desenvolvimento de componentes para interiores ferroviários, na qual estiveram presentes cerca de 200 convidados.

A receção do evento foi realizada pelo diretor geral da EMEF, Eng.º Alberto Castanho Ribeiro, pelo presidente do Grupo Ibermoldes e representante da 'SETSA, líder de consórcio, Eng.º Joaquim Menezes, e pelo CEO da Almadesign, Eng.º José Rui Marcelino, para uma assistência que contou com a presença do Presidente da Agência Portuguesa de Inovação, do Assessor do Presidente da República para

a Inovação, do Presidente da Câmara da Marinha Grande, do Vice-Presidente da Câmara Municipal do Pombal, do Presidente do Metro/Carris, entre outros representantes de diversas instituições.

Do projeto InTrain resultou uma *mockup* à escala real de um interior para um comboio suburbano, focado na integração de materiais e tecnologias eco-eficientes, *user-friendly* e com um *design* inovador apresentada às entidades nacionais e internacionais presentes, tendo o diretor geral da EMEF salientado “ser esta a prova de que quando as empresas querem, conseguem, trabalhando em conjunto, acrescentar valor ao que produzem”.



 **FEVEREIRO**

No decorrer da sua deslocação a Portugal, a convite da Nomad Tech, a Tangshan Railway Vehicle Co, participada da China CNR Corporation Limited, uma das maiores empresas chinesas de fabrico de material circulante, visitou nos dias 3 e 5 de fevereiro, as instalações da EMEF no Porto e na Amadora, respetivamente.

O subdiretor-geral, Chen Liang e a comitiva chinesa foram recebidos pelos responsáveis da Nomad Tech e da Nomad Digital, Eng. Augusto Costa Franco, Eng. Nuno Freitas e Ken Cowley, pelo diretor geral da

EMEF, Eng. Castanho Ribeiro, pelo diretor de Desenvolvimento de Negócio, Dr. Carlos Matos Carvalho e, ainda, pelo diretor da Unidade de Manutenção da Alta Velocidade da empresa, Eng. Pedro Moreira.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento de negócio, da qual a internacionalização é um pilar fundamental, a EMEF promoveu a apresentação da empresa e das respetivas potencialidades técnicas e tecnológicas, procurando reforçar o seu posicionamento no mercado internacional.



## FEVEREIRO



Nos dias 20, 23 e 24 de fevereiro, realizaram-se as cerimónias de entrega de *Pins* de prata e ouro, respetivamente, aos colaboradores que completaram os 25 e 40 anos de serviço efetivo nesta indústria.

As cerimónias, que se realizaram no Entroncamento, em Contumil, e na Reboleira, contaram com a presença do Conselho de Administração da EMEF e toda a Equipa Diretiva, tendo sido presididas pela Dr.<sup>a</sup> Cristina Pinto Dias, sua Presidente, que no discurso salientou o facto de, com estas cerimónias "... se assinalar o progresso da EMEF e dos

seus colaboradores, fiéis depositários de uma Cultura e Saber Ferroviário Centenário (...) foi com o trabalho realizado por esta Equipa de cerca de 1.000 colaboradores, que fizemos do ano de 2014, o nosso Ano de Viragem, o ano em que a nossa empresa registou um dos melhores resultados dos últimos tempos. Por isso e em nome do Conselho de Administração da EMEF o nosso sincero e reconhecido muito obrigado a todos vós".

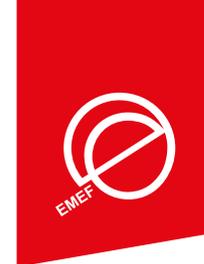
Estes eventos terminaram com o convívio entre o Conselho de Administração e Equipa Diretiva com os mais de 650 participantes.

 ABRIL

Realizou-se nos dias 15 a 17 de abril, em Lisboa, o 3º Congresso Mundial de Formação Ferroviária, promovido pela UIC - International Union of Railways - em parceria com a CP, REFER, Fertagus e Instituto Superior Técnico.

Este evento, desenvolvido com o objetivo de promover a excelência na formação ferroviária, através da partilha de conhecimento e de experiências e da identificação de novos desafios nesta área, contou com a presença de cerca de 200 participantes, oriundos de 40 países de todo o mundo.

O programa do evento integrou, a intervenção, como oradores, de colaboradores da Direção de Recursos Humanos, da Fernave, e duas visitas técnicas, nos dias 15 e 16, ao Centro de Inovação da Nomad Tech na Reboleira, as quais deram a conhecer as valências técnicas desenvolvidas no âmbito da Inovação e Engenharia ferroviárias, em resultado desta *joint-venture*.



## MAIO

Realizou-se a 19 de maio uma reunião de Diretores da EMEF que contou com a presença do Conselho de Administração tendo a sua Presidente, Cristina Pinto Dias, apresentado o novo Vogal, Nuno Sanches Osório que, dirigindo-se a todos os presentes, referiu a sua formação e experiência nas áreas económica, financeira e gestão empresarial, dizendo colocar ao serviço da EMEF a sua disponibilidade para apoiar a consecução dos objetivos estratégicos da empresa, nos quais se revê.

A Presidente falou sobre os desafios presentes, nomeadamente sobre o processo de privatização que esteve em curso na empresa, onde foi aberto um espaço para troca de ideias entre a Estrutura Diretiva e a Administração. Na sua intervenção o Diretor Geral, Alberto Castanho Ribeiro, enalteceu a qualidade e dedicação da equipa de gestão da EMEF e enumerou os objetivos estratégicos para o ano em curso onde a potenciação das capacidades, reestruturação, internacionalização, novos mercados e crescimento são palavras-chave.

Foi relevado e de forma transversal pelos 17 Diretores presentes, a importância de existir um rigoroso e cuidado Planeamento dos Trabalhos nomeadamente os de manutenção e reparação. Tema da maior atualidade pois a Contratualização destes serviços pela EMEF com o seu maior Cliente e Acionista a CP, Comboios de Portugal, E.P.E., permitem uma assinalável otimização de custos para a CP e alavanca ganhos de eficiência nos processos internos EMEF com benefícios claros em termos de produtividade para ambas as empresas.

A sessão terminou com a apresentação pela Direção Executiva dos resultados acumulados a abril de 2015 e que validam a estratégia de desenvolvimento com sustentabilidade que está a ser seguida na EMEF.

 JUNHO

Cerca de 25 estudantes, com 10 e 11 anos de idade, e alguns professores da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Secundário de Sto. António, visitaram o património ferroviário do Barreiro no dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança.



O passeio teve início no Bairro Ferroviário, seguindo depois para a primeira Estação do Barreiro (atuais oficinas da EMEF), Rotunda das Máquinas e Estação Sul e Sueste. Nas oficinas da EMEF, os alunos tiveram oportunidade de ver as locomotivas *diesel*, motores desmontados e muitas peças mecânicas, bem como a azáfama do trabalho oficial.

Das oficinas da EMEF os visitantes deslocaram-se de comboio até à antiga Estação do Lavradio (Espaço L), onde tiveram oportunidade de observar a exposição sobre o caminho-de-ferro no Barreiro, regressando de novo ao Barreiro.

Este passeio teve como objetivo promover e estimular o interesse pela preservação do património cultural e da memória social às gerações futuras, dando a conhecer à população escolar do Concelho a importância dos caminhos-de-ferro.

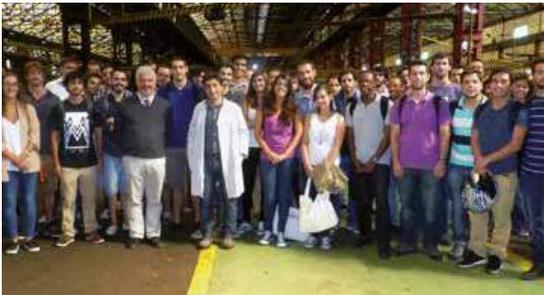
## AGOSTO

No âmbito da colaboração prestada na realização da Formação Prática em Contexto de Trabalho, ao aluno Igor Coelho, do Curso Profissional de Técnico de Mecatrónica, a EMEF recebeu um reconhecimento por parte da Escola Secundária Maria Lamas de Torres Novas.

Desde o início da sua atividade, a EMEF tem vindo a participar com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com outras entidades no âmbito da formação profissional, tendo em novembro de 2012 assinado um protocolo de colaboração com o IEFP no âmbito dos cursos de aprendizagem do sistema dual, competindo-lhe proporcionar formação prática em contexto de trabalho a alunos do ensino técnico-profissional nas áreas de contabilidade e fiscalidade, ciências informáticas, serviços de transporte, metalurgia e metalomecânica e eletrónica de automação, enquanto entidade de apoio à alternância.

A EMEF continua, assim, a contribuir para a elevação dos níveis de qualificação dos jovens e para a sua melhor integração no mercado de trabalho, em respeito pelos princípios de responsabilidade social que a norteiam.



 OUTUBRO

No dia 2 de outubro, a EMEF recebeu os alunos de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico, para uma visita de estudo ao Parque Oficinal Sul.

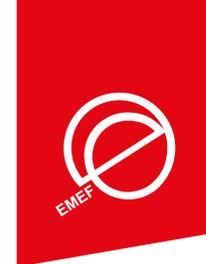
No Barreiro, o grupo de alunos teve a oportunidade de visitar as oficinas de motores *diesel*, de material de injeção de combustível, compressores, turbocompressores e banco de ensaios pertencentes ao CCG220 – Reparação de Rotáveis, no âmbito da disciplina de Motores Térmicos, com o principal objetivo de permitir aos alunos contactar com os vários tipos de motores *diesel* existentes na ferrovia.

Docentes e alunos consideraram esta oportunidade uma mais-valia na aquisição de conhecimentos técnicos, possibilitando o aprofundamento da aprendizagem adquirida em aula.

No âmbito do Projeto Eco-Driving, têm vindo a realizar-se testes em condições reais de operação, na Linha de Caíde, com o objetivo de aferir mais concretamente as poupanças energéticas possíveis de obter através de uma maior eficiência energética da condução.

O Projeto Eco-Driving, desenvolvido pela Nomad Tech, a *joint venture* entre a EMEF e a Nomad Digital, em parceria com a CP e a Toshiba, teve o seu início em dezembro de 2013 e tem o objetivo duplo de proporcionar aos Maquinistas uma ferramenta simples e intuitiva de apoio à decisão na condução e aos Gestores Operacionais um conhecimento profundo da performance do conjunto comboio/mquinista.

Através da instalação da aplicação para tablet NT-DAS (Driver Advisory System) em quatro unidades UME 3400, a realizar serviços na Linha da Caíde, a Nomad Tech e a CP têm conseguido avaliar as reais poupanças energéticas, considerando os resultados muito positivos.



 **NOVEMBRO**



## **CERTIFICADO DE ENTIDADE DE MANUTENÇÃO**



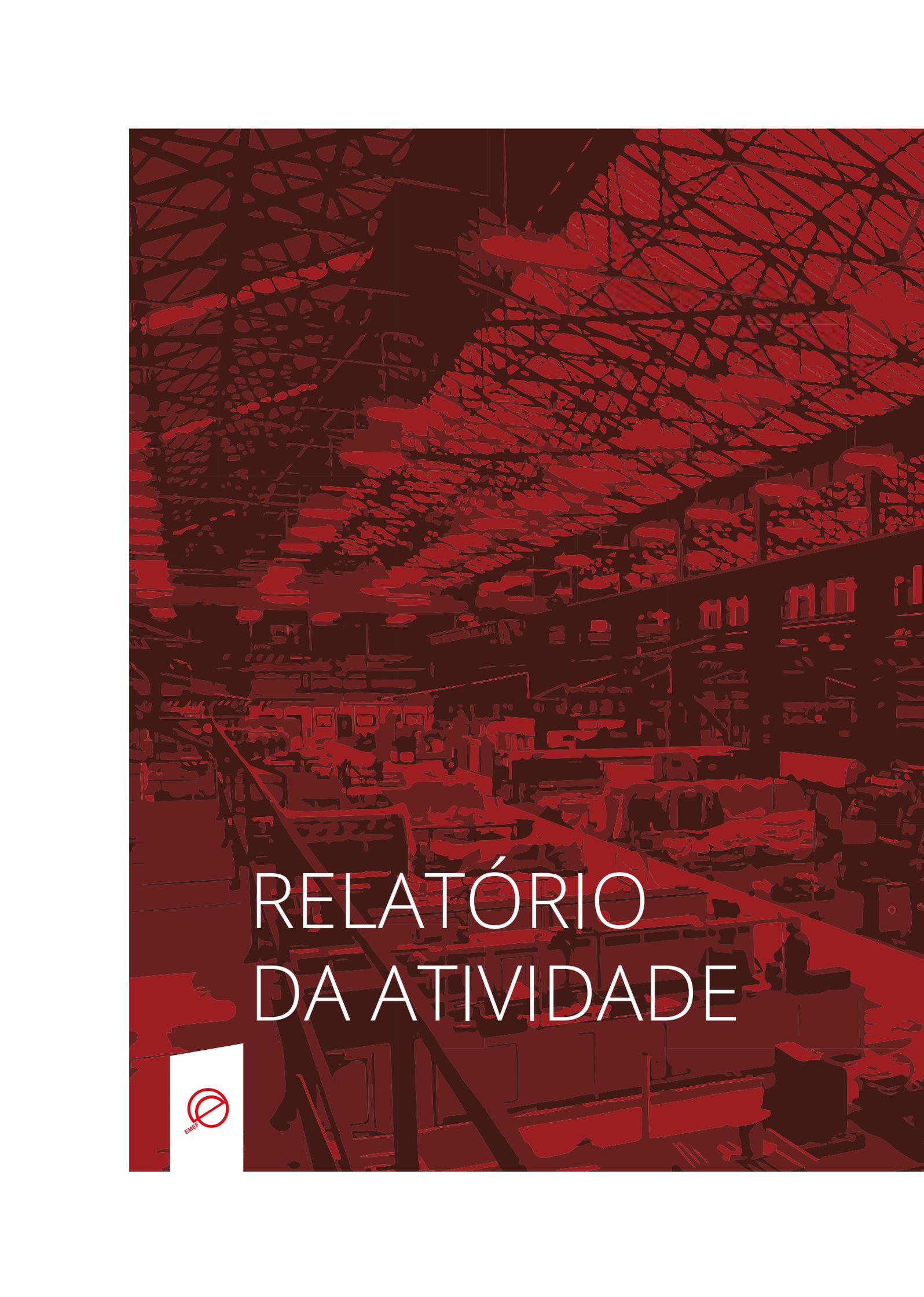
**que confirma a aceitação do sistema de manutenção da entidade responsável pela manutenção (ERM) na União Europeia, em conformidade com a Diretiva 2004/49/CE e o Regulamento (UE) n.º 445/2011**

Consolidada em mais de 20 anos de experiência em manutenção de material circulante ferroviário, a EMEF obteve no dia 13 de novembro a certificação como Entidade Responsável pela Manutenção (ERM) de vagões nas quatro funções previstas no Regulamento (UE) 445/2011, de 10 de maio, sendo atualmente a única empresa nacional com aquela certificação.

A manutenção dos veículos ferroviários é uma parte importante para garantir a segurança na circulação ferroviária. A certificação das entidades responsáveis

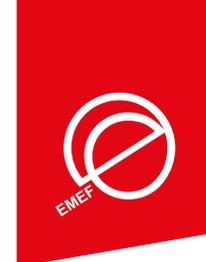
pela manutenção, de acordo com o Regulamento 445, fornece provas de responsabilidade e rastreabilidade das operações de manutenção realizadas nos vagões de mercadorias.

Os resultados alcançados na EMEF, após auditoria da APNCF, decorrem da dedicação, do envolvimento e do indispensável esforço conjunto de toda a Empresa, a qual está assim dotada das capacidades para a prestação do serviço completo a todos os seus clientes detentores de material circulante de mercadorias.



# RELATÓRIO DA ATIVIDADE





# CONJUNTURA ECONÓMICA

O ritmo de recuperação da economia em 2015 foi relativamente moderado, em particular tendo em conta a severidade da contração observada nos últimos anos. Projeta-se a continuação de um ritmo de recuperação gradual, refletindo a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro.

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,5% em volume, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5 p.p. em 2015 (2,2 p.p. em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o Investimento desacelerou. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo, passando de -1,3 p.p. em 2014 para -1,0 p.p., refletindo a aceleração das Exportações de Bens e Serviços. Refira-se ainda que se verificou um significativo ganho de termos de troca, com o deflator das importações a registar uma redução pronunciada, em resultado da diminuição dos preços dos bens energéticos.

Relativamente ao Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços base em 2015, este teve um aumento de 1,1% em volume. No entanto, o VAB do ramo Indústria do ano desacelerou, tendo apenas registado um aumento de 1,5% quando em 2014 este foi de 1,9%.

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou uma variação de 1,4% em 2015, taxa idêntica à observada no ano anterior. Por sua vez, o emprego remunerado manteve um crescimento de 1,8% em 2015.

Em 2015, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 0,5% (-0,3% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média passou de 0,1% em 2014 para 0,7% em 2015. Quanto ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português este registou uma taxa de variação média de 0,5% em 2015 (-0,2% no ano anterior).

I RELATÓRIO DA ATIVIDADE // 2.

# ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

No ano de 2015 ocorreu um aumento considerável na Prestação de Serviços pela EMEF. O aumento de 6% no volume de negócios foi conseguido ao mesmo tempo que se registou uma redução de 6% no efetivo médio total. No entanto, os gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos) tiveram um aumento de 35%. Relativamente à produtividade do trabalho na Empresa, esta teve uma redução pouco significativa (-0,8% face ao ano anterior), quando medida pelo indicador VAB *per capita*.



Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

## REPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais Norte, Centro e Sul, nos estabelecimentos oficiais localizados em Contumil, Entroncamento e Barreiro, respetivamente.

O seu âmbito continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança – RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

O plano de reparações acordado com os Clientes para 2015 foi genericamente cumprido. Durante o ano foram concluídas 28 reparações tipo R à frota do Cliente CP (18 em carruagens, 1 automotora elétrica, 2 em locomotivas *diesel* e 7 em automotoras *diesel*, sendo que uma automotora elétrica e uma *diesel* transitaram em curso de 2014), o que representa um acréscimo de 22% relativamente a 2014. Efetuaram-se 444 RSP à frota de vagões do cliente CP Carga, cumprindo praticamente o planeado para o ano, e 16 RSP a frotas de outros clientes.

Contrariamente ao previsto, não se iniciaram os trabalhos de reparação de meia vida dos CPA4000, a reparação da locomotiva *diesel* 1900 só iniciou os trabalhos em setembro e das duas reparações tipo R2 planeadas para as automotoras elétricas 3150/3250 só se iniciou uma em setembro.

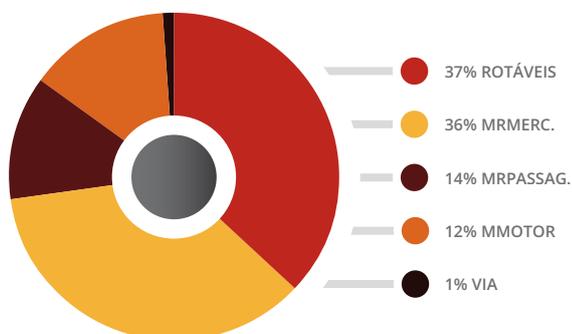
No que concerne à área de reparação de rodados, e para além dos trabalhos de reparação de rodados para material CP e CP Carga, destacam-se as seguintes intervenções:

- Rodados e transmissões para a SERFER (empresa de transportes Peruana);
- Torneamento de rodados para a Mota Engil e GMF;
- Rodados para a Fertagus;
- Rodados de locomotivas 4700 e 5600 para o SIMEF.

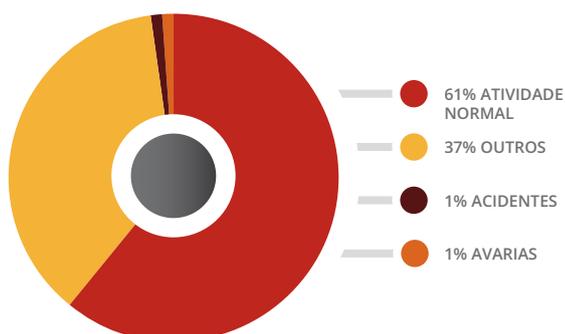
No que concerne à área de reparação de *bogies*, e para além dos trabalhos de reparação de *bogies* para material CP e CP Carga destacam-se intervenções realizadas para a Fertagus.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2015, rendimentos de 27.770 milhares de euros, o que correspondeu a 47,5% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 2% relativamente a 2014.

### RENDIMENTOS POR TIPO DE MATERIAL



### RENDIMENTOS POR INTERVENÇÃO



## MANUTENÇÃO

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos três Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

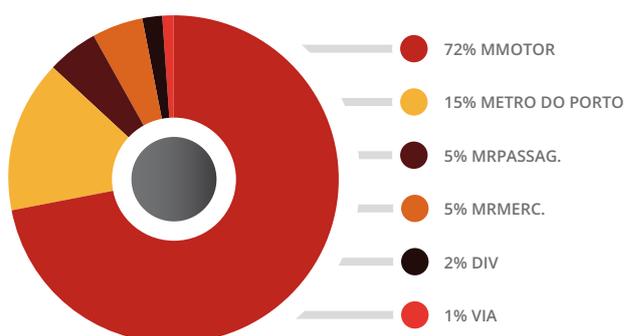
O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, CP Carga, Metro do Porto e RENFE.

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP com forte impacto na sua imagem.

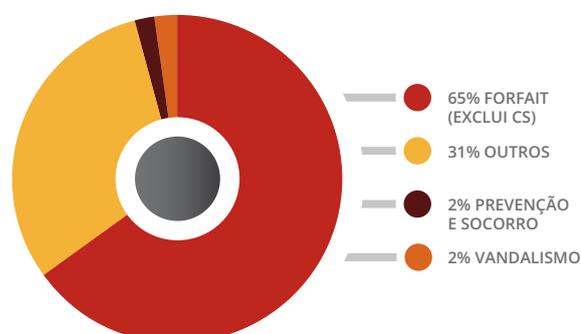


No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2015, rendimentos de 30.639 milhares de euros, o que correspondeu a 52,5% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 11% relativamente a 2014.

#### RENDIMENTOS POR TIPO DE MATERIAL



#### RENDIMENTOS POR INTERVENÇÃO



## REABILITAÇÃO

Nesta vertente são de destacar as seguintes iniciativas em curso:

- Recuperação integral da locomotiva a vapor 0186, que pressupõe, entre outros trabalhos, a reconstrução da caldeira da locomotiva a vapor 0186 com reconversão da queima de carvão para *fuel*, serviço que contou com a colaboração de especialistas na área de projeto e fabricação de caldeira, e que foi acompanhado por técnicos da EMEF;
- Reengenharia do processo de reparação de motores de tração da frota em serviço na linha de Cascais, na perspetiva de redução significativa do número de avarias e consequente aumento de disponibilidade.

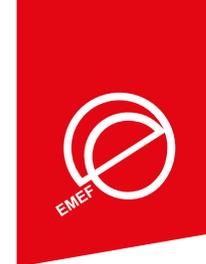
Em termos de iniciativas em projeto ou apresentação de propostas, salientam-se as seguintes:

- Reabilitação de carruagens Schindler de via estreita para exploração turística;
- Reabilitação de Locomotiva Diesel de via estreita para exploração turística;
- Trabalhos de recuperação de *bogies* de elétricos antigos, para o STCP;
- Reformulação dos *WCs* das carruagens tendo em vista a melhoria funcional e de imagem e conforto.

## ENGENHARIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em termos de otimização de processos, destacam-se os seguintes:

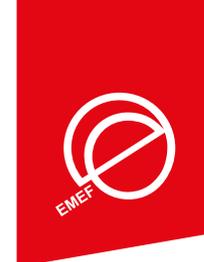
- Dinamização dos processos de revisão de documentação técnica (ciclos de manutenção, planos de qualidade e especificações técnicas) permitindo um adequado controlo e uniformidade da documentação transversal à empresa;
- Melhoria do processo da revisão de especificações técnicas que suportam a aquisição de materiais, garantindo-se a sua adequação técnica às necessidades e explicitação, sempre que possível, de características técnicas que permitam uma consulta mais alargada de fornecedores e obtenção de melhores condições de aquisição;
- Desenvolvimento de planos de qualidade das séries de material, identificando e definindo melhorias nos planos de manutenção visando melhorar o comportamento técnico e disponibilidade para o cliente, tendo ainda subjacente a rentabilização do dispositivo de manutenção alocado e contenção ou redução de custos de operação;
- Desenvolvimento de sistema/modelo informático aplicado à gestão de rotáveis de modo a que seja possível identificar em tempo oportuno a localização e estado das diferentes peças de parque;
- Melhoria do processo de acompanhamento e controlo das reparações, condição indispensável para uma melhor e mais adequada coordenação dos diversos intervenientes internos no processo com o objetivo final de cumprimento do programa de reparações anual;
- Internalização de reparação de componentes eletrónicos do sistema de informação aos passageiros com aproveitamento de conhecimento técnico residente e de mão-de-obra especializada;



- Alteração de metodologia de gestão de rotáveis ao nível da produção, em articulação com a Logística, permitindo um aumento do controlo das necessidades de reparação, confirmação de falhas e avaliação/decisão da sua reparação ou descarte;
- Implementação de ensaios de magnetoscopia na avaliação técnica, pesquisa e controlo de eventuais fendas em *bogies* em detrimento de outros ensaios não destrutivos anteriormente usados permitindo um controlo mais fidedigno e redução significativa de horas de mão-de-obra e de materiais;
- Desenvolvimento de uma análise técnica continuada para avaliar a possibilidade de alargamento da periodicidade de substituição de óleo e filtros que, independentemente da redução da mão-de-obra e impacto ambiental para gestão de resíduos, terá uma poupança anual de custos por não aquisição de materiais;
- Tendo por base o acompanhamento efetuado diariamente aos comboios, e da aplicação da metodologia de manutenção sob condição, alargou-se o período de substituição dos calços de freio, o que se traduz em poupança de mão-de-obra e redução de custos de aquisição de materiais;
- Iniciado estudo técnico para avaliação da viabilidade de utilização de novos calços de freio tendo em vista uma redução de mão-de-obra na sua substituição bem como do custo de aquisição de materiais;
- Desenvolvimento de estudo técnico para substituição de equipamentos de origem por novo tipo com incorporação de produção nacional, permitindo assim uma redução significativa de custos relativamente à aquisição de modelo original;
- Desenvolvimento de projeto conceção/execução para substituição do sistema de leitura/difusão de vídeo dos comboios CPA com substituição de leitor de DVD por Media Player, o que permite uma melhoria significativa na fiabilidade do sistema e qualidade de serviço prestado ao cliente. Adicionalmente representa uma redução de custos de manutenção/reparação;
- Internalização da reparação de alguns equipamentos rotáveis que se verificou serem passíveis de intervenção por utilização da mão-de-obra qualificada EMEF;
- Estudo e implementação de modificação em bancos de ensaios de modo a permitir ensaiar novos equipamentos, bem como complementar ensaios já realizados;
- Estudo de conceção/execução de banco de ensaios de injetores bomba de combustível para motores Cummins permitindo desta forma garantir a adequada regulação após reparação e redução de tempos de ensaio das automotoras com conseqüente redução de consumo de combustível e impacto ambiental;
- Adaptação do banco de ensaios de motores *diesel* de modo a aumentar a gama de equipamentos em ensaio (motores de pequena potencia até motores de

700HP) com conseqüente redução dos tempos de ensaio e rodagem na saída das unidades e inerente redução de consumo de combustível e impacto ambiental;

- Reorganização do processo de reparação de equipamentos de ar condicionado de comboio, com criação de banco de ensaios para detecção de fugas e ensaio completo dos equipamentos em oficina reduzindo tempos de ensaio nas unidades e correspondente consumo energético e ainda necessidades de manuseamento para correção de regulações com risco de fugas de fluido de refrigeração (impacto ambiental).



# DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO

No quadro dos objetivos fixados para 2015, merecem especial destaque as seguintes ações:

## No âmbito da contratação

- Foi dada continuidade à estratégia de adoção da política de preços tabelados;
- Celebração de contrato com a CP para a intervenção R1 na frota de unidades CPA 4000;
- Alargamento do âmbito da prestação de serviços de manutenção das séries Eurotram e Tram-Train do Metro do Porto;
- Seleção da proposta da EMEF no concurso para prestação de serviços de revisão dos 960.000 km dos veículos Eurotram do Metro do Porto;
- Celebração de contrato plurianual com as Infraestruturas de Portugal para a manutenção de equipamentos de via;
- Celebração de contrato plurianual com a CP Carga para a manutenção de vagões;
- Celebração de contrato plurianual com a ADP para a manutenção de vagões, no âmbito do qual a EMEF assume a qualidade de ERM da frota.

## No âmbito da organização processual

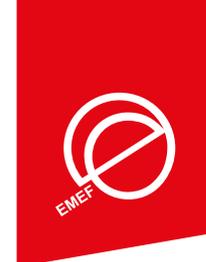
- Consolidação da utilização da nova aplicação “cotações”, baseada no SAP e que visa interligar de forma institucional as vendas, a produção e a faturação, permitindo vantagens a nível de:
  - Eficiência
  - Desmaterialização do processo
  - Integração plena no sistema de informação da empresa
  - Disponibilização de informação completa sobre o andamento de cada projeto/obra a outras áreas da empresa que beneficiam desta informação atualizada em permanência, nomeadamente a área financeira.

## No âmbito da internacionalização

Na área internacional, a EMEF desenvolveu alguma atividade, mas com a apresentação de um número limitado de propostas, entre as quais se salientam, pela sua dimensão e valor, as referentes à reparação de motores *diesel* para a Irish Rail e a reparação de rotáveis para a TMB-Transportes Metropolitanos de Barcelona.

Apesar de não ter sido ganha qualquer das propostas apresentadas, considera-se positiva a participação da EMEF nos concursos em que esteve presente, pois contribuiu para um melhor conhecimento do mercado, das estratégias de posicionamento dos vários concorrentes e, igualmente, dos seus próprios fatores de produção e custo face à concorrência. Este conhecimento adquirido constitui-se como um elemento fundamental para que a EMEF em próximas oportunidades possa encontrar soluções e melhor ajustamento do seu posicionamento competitivo.

No entanto, esta ambição de internacionalização da sua atividade está fortemente condicionada pela situação de alguma ambiguidade em que se encontra a empresa, porquanto está sujeita a um conjunto de limitações enquanto empresa pública e, por outro, encontra-se em mercado concorrencial, onde as empresas concorrentes de raiz privada têm uma maior flexibilidade de atuação e capacidade rápida de ajustamento das suas estratégias e fatores de produção. As limitações impostas à EMEF ao nível da admissão de pessoal, bem como ao nível remuneratório, condicionaram várias possibilidades de apresentação de propostas, pelo risco associado ao incumprimento contratual por eventual falta de recursos.



# ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RESULTADO OPERACIONAL

A EMEF registou em 2015 uma ligeira redução no seu Resultado Operacional, com uma variação de -35 milhares de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa ter sido acompanhado proporcionalmente pelo aumento dos gastos operacionais.

### RESULTADO OPERACIONAL (euros)

	2015	2014	Δ%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>60 637 187</b>	<b>57 357 328</b>	<b>6%</b>
Vendas e Serviços Prestados	58 562 230	54 993 577	6%
Rendimentos Suplementares	795 232	1 249 809	-36%
Variações Invent. Produção	-153 043	-120 173	-27%
Outros Rendimentos	1 432 768	1 234 115	16%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>58 428 314</b>	<b>55 113 274</b>	<b>6%</b>
C. Merc. Vend. e Mat. Consumidas	16 396 296	13 895 729	18%
Subcontratos	4 408 895	1 794 758	146%
Outros Forn. e Serv. Externos	9 309 281	9 342 947	0%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	25 104 008	25 662 779	-2%
Rescisões mútuo acordo	210 160	2 473 776	-92%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	1 114 171	1 241 271	-10%
Outros Gastos	1 885 503	702 013	169%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2 208 873</b>	<b>2 244 053</b>	<b>-2%</b>

O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de manutenção.

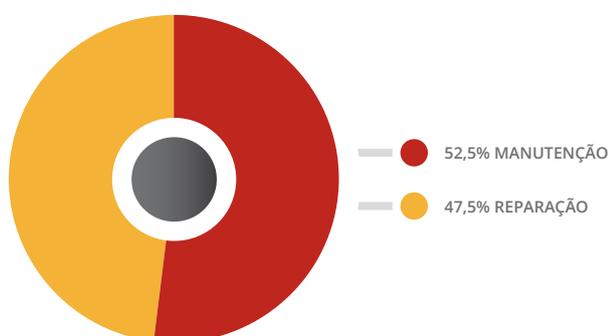
### RENDIMENTOS\* POR SEGMENTO DE ATIVIDADE (euros)

	2015	2014	Δ %
<b>Segmento de atividade</b>	<b>58 409 187</b>	<b>54 873 404</b>	<b>6%</b>
Reparação	27 770 135	27 212 795	2%
Manutenção	30 639 052	27 660 609	11%

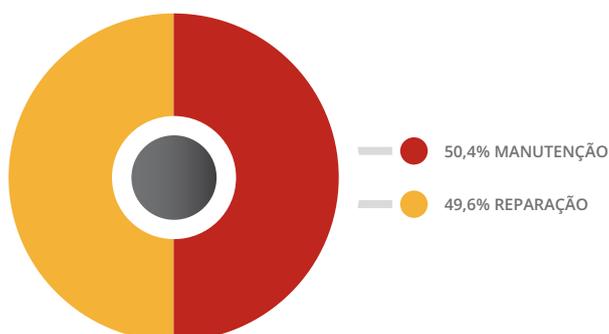
\* Vendas + SP + VIP

Verifica-se que, em 2015, o segmento de manutenção tem um peso ligeiramente superior ao de reparação e que houve uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2014.

### RENDIMENTO POR SEGMENTO 2015



### RENDIMENTO POR SEGMENTO 2014





Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a CP Carga e o Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 91,1% das vendas e prestações de serviço da empresa.

#### VOLUME DE NEGÓCIOS POR CLIENTE (euros)

	2015		2014		Δ%
<b>Cliente</b>	<b>58 562 230</b>		<b>54 993 577</b>		<b>6%</b>
CP	36 870 983	63%	38 336 600	70%	-4%
CP CARGA	11 846 208	20%	7 429 338	14%	59%
BOMBARDIER/PROMETRO/METRO DO PORTO	4 604 579	8%	4 107 178	7%	12%
EMEF/SIEMENS ACE	3 144 506	5%	2 893 997	5%	9%
RENFE	952 324	2%	1 068 989	2%	-11%
MOTA - ENGIL	145 361	0%	11 529	0%	1161%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	656 202	1%	715 878	1%	-8%
OUTROS	342 067	1%	430 068	1%	-20%

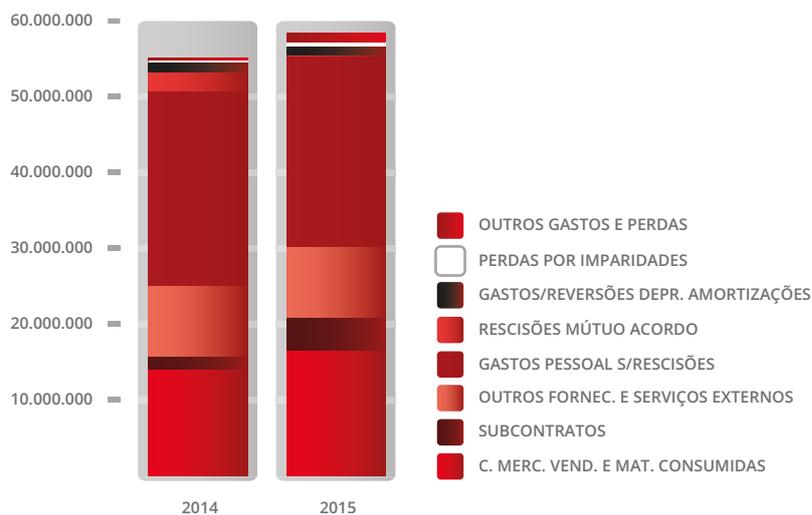
#### GASTOS

No ano de 2015, registou-se um aumento nos gastos operacionais da empresa, no valor de 3,4 milhões de euros. Os aumentos mais significativos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (no valor de 2,5 milhões de euros);
- Subcontratos (no valor de 2,6 milhões de euros);
- Outros Gastos (no valor de 1,2 milhões de euros).

Estes aumentos foram, em parte, compensados pelo decréscimo dos gastos totais com o pessoal no valor de 2,8 milhões de euros, resultado de várias rescisões por mútuo acordo decorridas desde o ano transato.

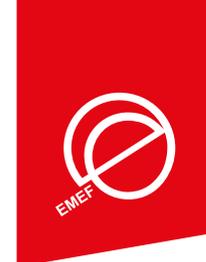
## EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DE GASTOS



A política de contenção de custos efetuada através de uma gestão eficiente da racionalização dos fornecimentos e serviços externos e da implementação das políticas de redução remuneratória impostas pelas sucessivas leis de OE foi aplicada na EMEF com os seguintes resultados:

## PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014	
							Absoluta	%
<b>PRC</b>								
CMVMC (m€) (1)	16 396	13 896	13 564	15 631	28 323	30 388	2 501	18%
FSE (m€) (2)	13 718	11 138	9 599	9 540	11 217	13 830	2 580	23%
Deslocações/Estadas (m€)	19	61	36	43	48	138	-42	-68%
Comunicações (m€)	107	125	159	190	209	290	-18	-15%
Gastos com o pessoal sem Indem. (m€) (3)	25 104	25 663	29 010	25 349	31 945	38 417	-559	-2%
Ajudas de Custo (m€)	25	22	36	44	71	120	3	15%
<b>Total (1) + (2) + (3)</b>	<b>55 218</b>	<b>50 696</b>	<b>52 173</b>	<b>50 519</b>	<b>71 485</b>	<b>82 635</b>	<b>4 522</b>	<b>9%</b>



## GASTOS DE FINANCIAMENTO E RESULTADO LÍQUIDO

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

### GASTOS DE FINANCIAMENTO (euros)

	2015	2014	Δ%
<b>Gastos Financiamento</b>	<b>707 923</b>	<b>1 244 552</b>	<b>-43%</b>
Juros Empréstimos Bancários	95 627	136 123	-30%
Juros Empréstimos Acionista	516 031	810 313	-36%
Juros Descobertos Bancários	59 920	224 699	-73%
Outros relativos a Financiamentos Obtidos	36 344	73 417	-50%

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores e a uma redução do endividamento, em particular no tocante à utilização de *plafonds* de contas correntes.

Apesar do descrito na Nota 21 – Financiamentos Obtidos do Anexo às Demonstrações Financeiras, a rubrica de juros de financiamentos do Acionista inclui a especialização de gastos referentes aos juros dos períodos compreendidos entre o vencimento de cada contrato de empréstimo e o término de 2015.

### RESULTADO LÍQUIDO (euros)

	2015	2014	Δ%
Rendimentos Operacionais	60 637 187	57 357 328	6%
Gastos Operacionais	58 428 314	55 113 274	6%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2 208 873</b>	<b>2 244 053</b>	<b>-2%</b>
<b>Gastos de Financiamento</b>	<b>707 923</b>	<b>1 244 552</b>	<b>-43%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>-122 900</b>	<b>-90 017</b>	<b>-37%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1 378 050</b>	<b>909 485</b>	<b>52%</b>

O resultado líquido registou um aumento de 469 milhares de euros relativamente ao ano 2014. Esta evolução resultou da diminuição dos juros e gastos similares fruto da redução do passivo financeiro e das taxas de juro que sobre ele recaem.

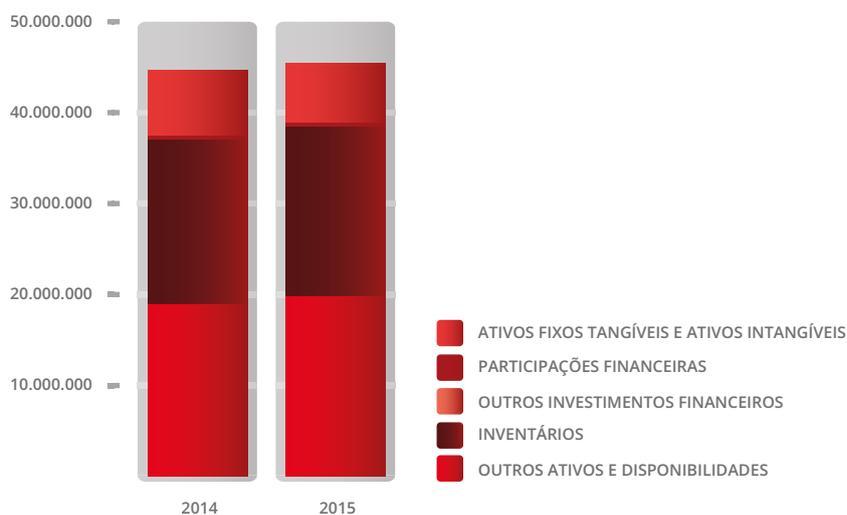
## ESTRUTURA PATRIMONIAL


**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL**  
(euros)

Rubrica do Balanço	2015	2014	Δ €	Δ%
<b>Ativo</b>				
<b>Não corrente</b>	<b>7 050 751</b>	<b>7 656 783</b>	<b>-606 032</b>	<b>-8%</b>
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	6 527 600	7 243 046	-715 446	-10%
Participações financeiras	523 151	413 737	109 414	26%
Outros investimentos financeiros	0	0	0	0%
<b>Corrente</b>	<b>38 355 600</b>	<b>37 003 297</b>	<b>1 352 302</b>	<b>4%</b>
Inventários	18 599 771	18 087 803	511 967	3%
Outros Ativos e Disponibilidades	19 755 829	18 915 494	840 335	4%
<b>Total do Ativo</b>	<b>45 406 350</b>	<b>44 660 080</b>	<b>746 270</b>	<b>2%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital, Reservas e Resultados Transitados</b>	<b>6 501 945</b>	<b>5 592 460</b>	<b>909 485</b>	<b>16%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1 378 050</b>	<b>909 485</b>	<b>468 566</b>	<b>52%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>2 989 794</b>	<b>4 049 527</b>	<b>-1 059 733</b>	<b>-26%</b>
Provisões	802 294	987 027	-184 733	-19%
Financiamentos obtidos	2 187 500	3 062 500	-875 000	-29%
<b>Passivo corrente</b>	<b>34 536 561</b>	<b>34 108 608</b>	<b>427 953</b>	<b>1%</b>
Financiamentos obtidos	14 375 000	15 920 638	-1 545 638	-10%
Outros passivos	20 161 561	18 187 970	1 973 591	11%
<b>Total do Capital próprio e passivo</b>	<b>45 406 350</b>	<b>44 660 080</b>	<b>746 270</b>	<b>2%</b>

## ATIVO

No final do período de 2015, o Ativo apresentava um acréscimo de apenas 0,7 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente do incremento de 1,3 milhões de euros do saldo final dos ativos correntes, sendo a rubrica de meios líquidos financeiros a que apresentou um incremento mais significativo.

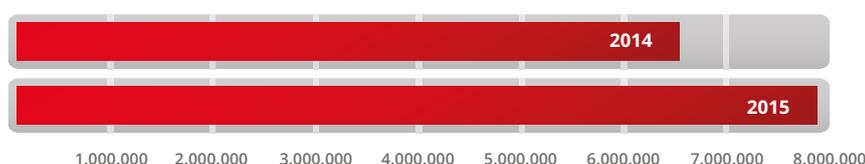

**EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO ATIVO**




## CAPITAL PRÓPRIO

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2015 um aumento de 1,4 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:

### EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO



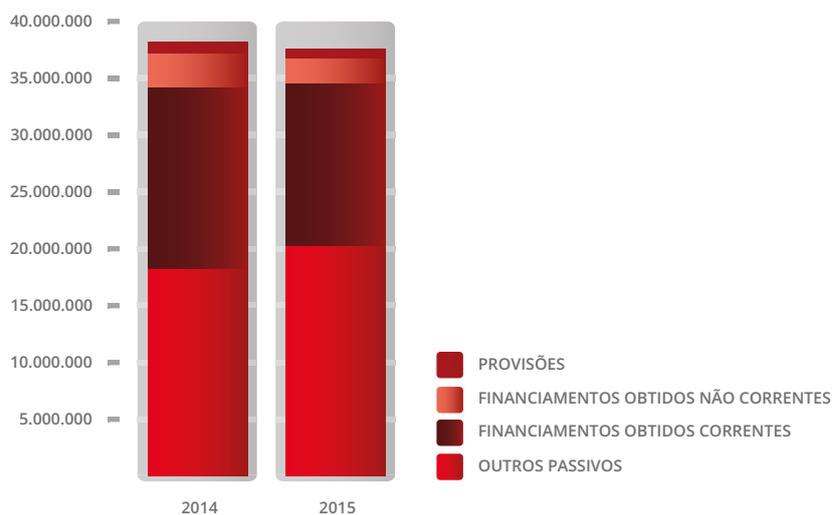
A alteração ocorrida no capital próprio no período de 2015 decorre unicamente do resultado líquido positivo do ano nesse mesmo valor.

## PASSIVO

Em termos de Passivo total, no final do período de 2015, verificou-se uma redução no valor de 0,6 milhões de euros. Esta evolução ficou a dever-se a:

- Ao aumento do saldo final de fornecedores em 2,1 milhões de euros face ao verificado em 2014, motivado pelas aquisições de materiais para a manutenção das frotas Eurotram e Tram Train do cliente Metro do Porto, pelas aquisições de materiais para dar resposta ao novo contrato de vagões estabelecido com o cliente CP Carga e pelo aumento do prazo médio de pagamentos que passou de 64 dias em 2014 para 74 dias no final de 2015;
- À redução do financiamento bancário (curto prazo e médio e longo prazo) em 2,4 milhões de euros a que corresponde a um decréscimo de 44%. Relativamente ao empréstimo do acionista este não sofreu qualquer variação.
- Diminuição nas dívidas ao Estado e outros entes públicos em 0,6 milhões de euros justificados através da diminuição do IVA motivado pela redução da faturação nos dois últimos meses do ano de 2015 comparativamente a 2014, bem como pela diminuição do valor das retenções de imposto sobre o rendimento e das contribuições para a segurança social resultante do efetivo ter diminuído de 1030 para 979 trabalhadores, compensadas pelo aumento do imposto sobre o rendimento.

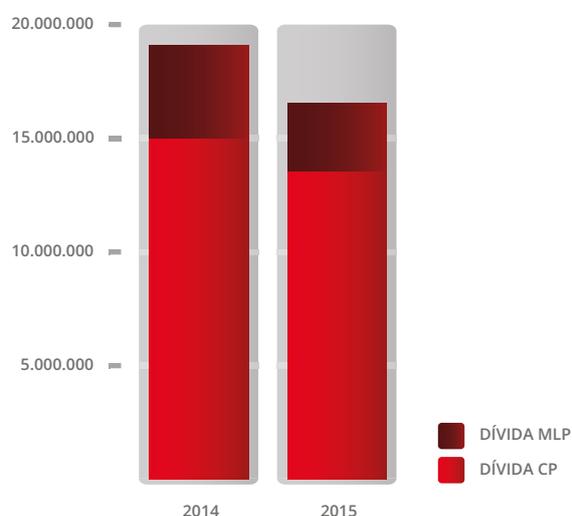
### EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO PASSIVO



### RECURSOS FINANCEIROS – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2015 verificou-se uma diminuição da dívida financeira total em 2,4 milhões de euros face ao ano 2014, justificado pelo cumprimento dos planos de amortização da dívida de médio e longo prazo e pela redução da utilização dos descobertos bancários, situação potenciada pelo recebimento em dezembro de um grande volume de faturação do cliente CP.

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA



Como anteriormente referido, verificou-se uma redução do financiamento bancário (curto prazo e médio longo prazo) em 2,4 milhões de euros, sendo que destes, 1,3 milhões de euros corresponderam a uma diminuição da utilização de descobertos bancários. Esta redução foi conseguida com recursos próprios, potenciado pelo referido recebimento de um grande volume de faturação do cliente CP.

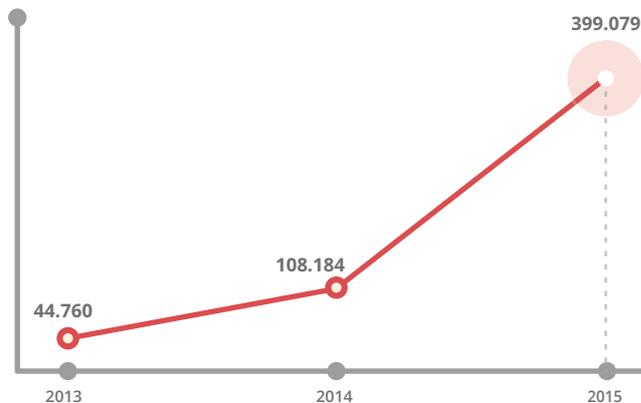


# INVESTIMENTOS

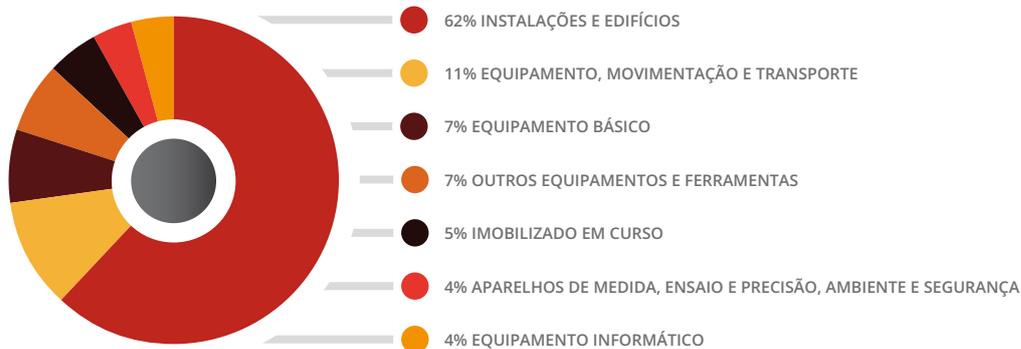
Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no período de 2015 a cerca de 399 mil euros.

Relativamente ao ano 2014, o investimento sofreu, apesar da política de contenção mencionada um aumento na ordem dos 269%, devido, essencialmente, às necessidades para as obras realizadas nas instalações da empresa e nas aquisições necessárias de equipamentos de transporte, como se pode constatar nos gráficos abaixo que ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2013 e a repartição do montante investido em 2015 por naturezas de bens do ativo da empresa.

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



## INVESTIMENTOS POR NATUREZA



# CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS





II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 1.

## OBJETIVOS DE GESTÃO

Foram monitorizados os seguintes indicadores globais relativamente aos quais não foi possível atingir a meta, mas que evidenciam uma melhoria face ao ano 2013:

### OBJETIVOS DE GESTÃO

Realização 2015

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	2015	META 2015	2014	2013
EBITDA s/rescisões	Resultados antes de depreciações, gastos de financ <sup>o</sup> e impostos + Provisões + Ajustamentos + Rescisões mútuo acordo [10 <sup>3</sup> €]	3 348	> 5 948	5 948	302
Peso dos gastos operacionais no VN s/rescisões	(CMVMC + FSEs + Gastos com pessoal - Rescisões mútuo acordo) / Volume de Negócios	94%	< 92%	92%	102%

## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 2.

# GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade financeira da EMEF está essencialmente exposta ao risco de acesso ao crédito e ao risco de taxa de juro.

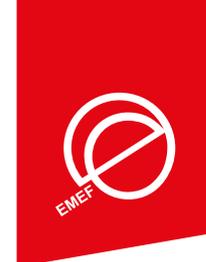
Os meios líquidos disponíveis durante o período provieram da atividade da empresa, do recurso à utilização de linhas de crédito bancárias negociadas em data anterior a 2011 e de financiamentos do acionista.

De forma a garantir o cumprimento das regras da concorrência a EMEF tem desenvolvido todos os esforços no sentido de procurar alternativas para os financiamentos do acionista, bem como para diminuir o recurso a garantias por este prestadas.

Em observância ao determinado no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01, apresenta-se na tabela abaixo o nível de concretização das medidas tendentes a mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira da EMEF.



Gestão do Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF de 30-01	Cumprimento			Quantificação/Identificação
	S	N	NA	
<b>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento		X		Em 2015 a EMEF financiou-se através da renovação de linhas de crédito de curto-prazo
Diversificação das modalidades de taxa de juros disponíveis		X		Em 2015 o financiamento da EMEF consubstanciou-se na renovação de linhas de crédito de curto prazo cuja taxa de juro de referência foi a Euribor a 3M e a 6M, apesar das consultas realizadas
Diversificação de entidades credoras		X		Em 2015 a EMEF manteve os financiamentos junto da Banca Nacional e junto do Acionista
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos		X		A EMEF não recorreu a instrumentos de cobertura de risco
<b>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação do passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		Em 2015 a EMEF financiou-se a curto-prazo com o intuito de suprir necessidades de tesouraria. Renovou operações de curto prazo com o acionista por não ter gerado meios suficientes para reembolso dos mesmos
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro ( <i>all-in-cost</i> ) da operação	X			Todas as consultas efetuadas e contratadas visaram a minimização do custo total da operação, com sucesso
Minimização das garantias reais			X	A EMEF não prestou garantias reais nos financiamentos contratados
Minimização de cláusulas restritivas ( <i>convenants</i> )		X		Continuou o esforço de renegociação de linhas num esforço de minimização das cláusulas existentes
<b>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da Empresa</b>				
Adoção de política que minimize a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiando de cofinanciamento comunitário e de capitais próprios	X			Em 2015 o investimento da EMEF foi residual e totalmente financiado por meios libertos de exploração
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			



Anos	2015	2014	2013	2012	2011
Encargos Financeiros (€)	707 923	1 244 552	1 664 455	1 884 694	1 542 969
Taxa média anual de financiamento (%)	3,82%	5,62%	6,83%	6,77%	4,60%



Passivo Remunerado (€)	2015	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	16 562 500	18 983 138	-2 420 638	-13%
... dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	
Endividamento Ajustado	0	0	0	



#### ESTRUTURA DA DÍVIDA BANCÁRIA E AO ACIONISTA (euros)

	2015	2014	Δ €	Δ%
Empréstimos bancários	3 062 500	4 141 367	-1 078 867	-26%
Empréstimos acionista	13 500 000	13 500 000	0	0%
Descobertos Bancários	0	1 341 770	-1 341 770	100%
<b>Total da Dívida</b>	<b>16 562 500</b>	<b>18 983 138</b>	<b>-2 420 638</b>	<b>-13%</b>

## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 3.

# PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS



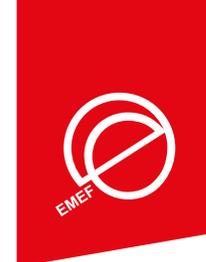
PMP	2015	2014	Var. 2015/2014
Prazo (dias)	74	64	10



(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120	120-240	240-360	> 360*
Aquisição de Bens e Serviços	1 646 477	21 308	9 332	14 043	19 067
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Total	1 646 477	21 308	9 332	14 043	19 067

\* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.



## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 4.

# CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não foram efetuadas recomendações pelo acionista.

## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 5.

# REMUNERAÇÕES

No que respeita à Administração, a mesma não é remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, existem unicamente gastos decorrentes de deslocações em serviço da EMEF.



### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc	Data	Identificar Entidade	Pagadora
2013-2015	Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias*	AG	15/03/2013		
	Vogal	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente**	AG	15/03/2013		
2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Decisão Acionista	11/08/2015		
	Vogal	Nuno Serra de Sanches Osório	AG	08/05/2015		

\*Renunciou ao cargo em 22/07/2015 - \*\*Renunciou ao cargo em 30/03/2015

#### Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Custo total com viagens
				Identificar	Valor	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	282	230	0	Seguros	21€	532
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	239	250	0			489


**FISCALIZAÇÃO**  
 Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado
			Forma	Data	(mensal)
2015	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2014		Não remunerado
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			Não remunerado
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes			Não remunerado

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0	0
Ana Maria dos Santos Malhó	0	0	0
Carla Manuela Serra Geraldes	0	0	0


**ROC**

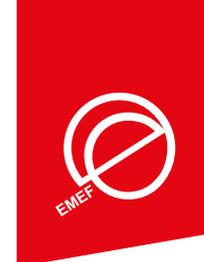
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	Contratada	
2015	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	186	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2014		5 395	4

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda	5 395	0	5 395


**AUDITOR EXTERNO**

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação	
Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período
Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LDA.	197	9199	1/8/2014	2014-2016

Remuneração Anual (€)		
Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
4 500	0	4 500



## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 6.

# ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não foram utilizados pelos Administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 7.

# CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Como referido anteriormente, em 2015 a atividade de contratação na EMEF passou a regular-se pelo procedimento funcional da qualidade “PFQ 06.2.0 – Contratação”.

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de aquisição de bens, aquisição de serviços ou empreitada de construção civil de valor superior a 5 M€.



Em 2015 foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF (ACINGOV) 4038 procedimentos no valor total de 27.122.524€. Outros procedimentos de ajuste direto foram realizados por meio eletrónico de transmissão de dados, por recusa das entidades adjudicatárias, fornecedores únicos dos bens a adquirir, em fazer a sua inscrição na plataforma. Foram efetuados 35 procedimentos no ano de 2015 fora da plataforma que totalizaram o valor de 539.300€ pelo que o valor total de adjudicações ascendeu a 27.661.824€.

## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 8.

## SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A EMEF é entidade aderente ao Parque de Veículos do Estado. Em 2015 realizou cinco locações de veículos, adquiriu quatro viaturas e fez entrega de duas viaturas às locadoras.

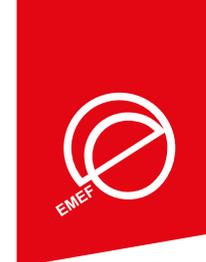
## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 9.

## MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram a aplicar-se as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2015, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços:

- a) Continuaram a ser cumpridas as instruções constantes do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio de 2010, que impõe a justificação económica e a de ausência de soluções internas para contratos de aquisição de serviços de valor superior a 125.000 euros;
- b) Foi sempre tida em conta a norma prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), com vista à redução dos valores dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2015 com idêntico objeto de outros celebrados nos anos transatos, sendo porém certo que, uma vez que a grande maioria desses contratos celebrados ou renovados em 2015 tinham já sido objeto do mencionado tratamento em 2012, 2013 e 2014, em virtude do previsto no n.º 9 do mesmo artigo legal, no ano em apreço a redução remuneratória em causa teve pouca expressão.



2. Aos trabalhadores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 2º da Lei 75/2014.

3. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.



### PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
<b>EBITDA s/indenizações (m€)</b>		3 348	5 948	302	11 874	5 142	1 173	-2 599	-44%	2 175	185%
<b>(1) CMVMC (m€)</b>		16 396	13 896	13 564	15 631	28 323	30 388	2 501	18%	-13 992	-46%
<b>(2) FSE (m€)</b>		13 718	11 138	9 599	9 540	11 217	13 830	2 580	23%	-111	-1%
Deslocações/Estadas (m€)	(*)	19	61	36	43	48	138	-42	-68%	-118	-86%
Ajudas de Custo (m€)	(*)	25	22	36	44	71	120	3	15%	-95	-79%
Comunicações (m€)	(*)	107	125	159	190	209	290	-18	-15%	-183	-63%
<b>(3) Gastos com o pessoal (m€)</b>		25 314	28 137	29 822	27 056	35 791	40 055	-2 822	-10%	-14 740	-37%
(3.1) dos quais indenizações (m€)		210	2 474	812	1 707	3 846	1 637	-2 264	-92%	-1 427	-87%
<b>(4) Total dos Gastos= (1)+(2)+(3)-(3.1)</b>		<b>55 218</b>	<b>50 696</b>	<b>52 173</b>	<b>50 519</b>	<b>71 485</b>	<b>82 635</b>	<b>4 522</b>	<b>9%</b>	<b>-27 416</b>	<b>-33%</b>
<b>(5) Volume de Negócios (m€)</b>		58 562	54 994	50 936	63 267	76 039	82 768	3 569	6%	-24 206	-29%
<b>Peso dos Gastos no VN (4)/(5) (%)</b>		94%	92%	102%	80%	94%	100%	0,02	2%	0	-6%
<b>Número RH</b>		979	1 030	1 069	1 112	1 236	n.a.	-51	-5%	n.a.	n.a.
<b>Número Efetivos</b>		828	874	906	911	1 013	n.a.	-46	-5%	n.a.	n.a.
<b>Número Cargos de Direção</b>		151	156	163	201	223	n.a.	-5	-3%	n.a.	n.a.
<b>Número de Efetivos/Cargos de Direção</b>		548%	560%	556%	453%	454%	n.a.	-0,12	-2%	n.a.	n.a.
<b>Viaturas</b>											
Número de viaturas	(*)	57	50	47	n.a.	n.a.	n.a.	7	14%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas (m€)	(*)	281	224	231	n.a.	n.a.	n.a.	57	26%	n.a.	n.a.

(\*) em linha com 2014

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 10.

## PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A EMEF detém uma conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., desde outubro de 2011. Contudo, a movimentação da mesma tem sido residual dada a escassez de liquidez da EMEF e a recorrência permanente a linhas de descoberto bancário. Em virtude de se terem registado excedentes de tesouraria no mês de dezembro de 2015 a EMEF, em cumprimento do estipulado nos termos da lei, canalizou-os para o IGCP.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 11.

## AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

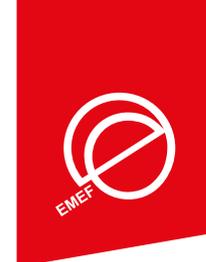
Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 12.

## INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE

O site do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho n.º 14277/2008 de 14 de maio, e enviadas à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através da sua acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

É disponibilizada, no entanto, no próprio sítio da EMEF, a maioria da informação que está prevista constar no sítio do SEE tal como detalhado na alínea D. do capítulo V. do relatório de governo societário.



## II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 13.

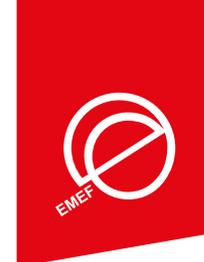
# SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
<b>Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:</b>					
EBITDA s/rescisões (10³ €)		X		3 348	
Peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios s/rescisões		X		94%	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>					
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-2 420 638/-13%	3,82%
Evolução do PMP a fornecedores				+10 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			1 710 227 €	
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>					
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X			0	
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2015	X			0	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014					
Restantes trabalhadores - redução remuneratória vigentes em 2015	X			302 586€	Valor não pago em 2015 em virtude das restrições
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	X			183 404€	Valor não pago em 2015 em virtude das restrições
<b>Artigo 32.º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	X				Não são utilizados cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				Não foram realizadas despesas
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
<b>Auditoria do Tribunal de Contas</b>					
			X		
<b>Parque Automóvel</b>					
N.º de Viaturas		X		57 viaturas	
Gastos com viaturas		X		280 638€	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)</b>					
		X			O Peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios s/rescisões aumentou 2 p.p.
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)</b>					
N.º de trabalhadores	X			46	
N.º de cargos dirigentes	X			5	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014)</b>					
	X			5 000 000€	A empresa apresentou excedentes de tesouraria os quais canalizou para o IGCP

# PERSPECTIVAS PARA O FUTURO





### III PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Não tendo sido concretizada a privatização da EMEF, importa agora redefinir a estratégia de desenvolvimento da EMEF no quadro das orientações do novo Governo.

Independentemente dessas mesmas orientações, o futuro da EMEF será caracterizado pelo processo de consolidação da sua estrutura financeira e técnica.

Neste último aspeto, importa que seja levado a cabo o processo de reestruturação delineado, com o reajustamento do quadro de efetivos, em que se considera como fundamental o rejuvenescimento e reforço das competências do seu corpo técnico.

O processo já iniciado no Parque Oficial Centro, de reorganização da empresa numa lógica de unidades de negócio deverá ser estendido a toda a empresa, de modo a que se possa posicionar de forma mais eficaz e competitiva no mercado concorrencial.

Efetivamente, a recente privatização da CP Carga, tem como consequência que mais de 20% do volume de negócios da EMEF passa a estar em clientes fora do universo CP, obrigando no futuro a empresa a posicionar-se em concorrência direta com outros operadores em concursos lançados pelo seu próprio acionista.

Neste contexto, torna-se crítico dotar a empresa de mecanismos e instrumentos de gestão que lhe permitam por um lado o aprofundamento e alargamento das suas competências para responder aos desafios de melhoria da produtividade, mas também que disponha de uma maior capacidade e agilidade de atuação, resolvendo os constrangimentos de ordem administrativa enquanto empresa pública, permitindo-lhe uma rápida e efetiva resposta num mercado cada vez mais competitivo e garantir, por esta via, a sua sustentabilidade no futuro.

A instabilidade e incerteza quanto ao desenvolvimento do processo relativo à subconcessão do Metro do Porto poderá ter implicações na economia da EMEF e na estratégia de alargamento de mercado da EMEF, em particular na área de reparação e manutenção de metros ligeiros. No entanto, a EMEF, caso lhe sejam garantidas condições para se posicionar de forma competitiva no mercado concorrencial, terá todas as capacidades e competências para continuar a garantir a sua participação no processo de reparação e manutenção daquela frota.

Ainda no âmbito da relação com a empresa “Metro do Porto”, regista-se que a EMEF, no ano de 2016, dará início ao contrato referente à revisão geral dos 960.000 km da frota Eurotram, o qual foi ganho num concurso público internacional realizado em 2015, o que reforça o anteriormente referido.

Na vertente de internacionalização da EMEF, considera-se que a estratégia continuará a passar pelo estabelecimento de parcerias que permitam aceder e responder às exigências dos novos mercados, geográficos ou setoriais, sendo que as ações principais serão centradas no mercado de reparação de rotáveis.



# FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO





#### IV FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Em 19 de outubro de 2015 foi celebrado, entre a Transdev e a EMEF, um contrato para manutenção das frotas de material circulante da Metro do Porto, cujo início estava dependente da produção de efeitos do contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.

Perante a decisão tomada pelo Governo no início de 2016, de reverter o processo de subconcessão em curso, o contrato estabelecido entre a EMEF e a Transdev não produzirá efeitos.



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS





## V PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do período de 2015, de 1.378.050,47€ (um milhão, trezentos e setenta e oito mil, cinquenta euros e quarenta e sete cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 29 de março de 2016

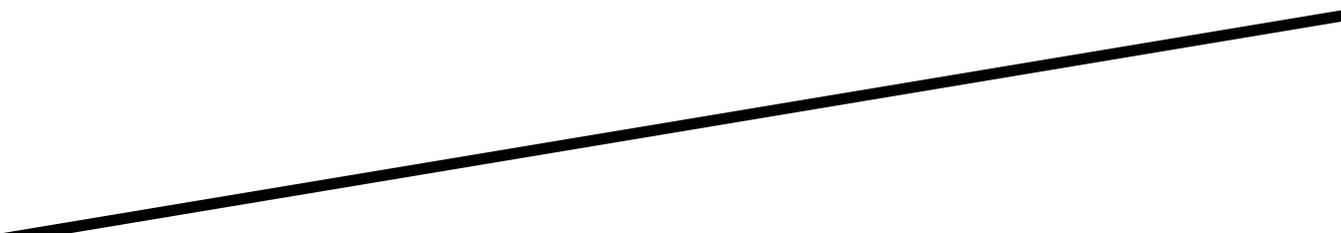
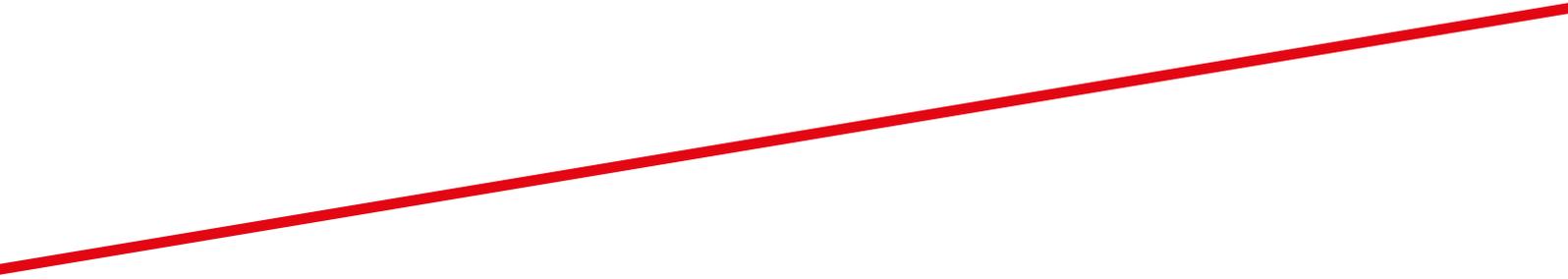
O Conselho de Administração

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório





Conhecimento no lugar certo  
Knowledge in the right place  
[emef.pt](http://emef.pt)

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO



## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

	Notas	2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	6 504 296	7 239 127
Ativos intangíveis	7	23 304	3 919
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	523 151	413 737
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>7 050 751</b>	<b>7 656 783</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	18 599 771	18 087 803
Clientes	11	8 412 943	13 878 079
Adiantamentos a fornecedores	25	71 640	1 760
Outras contas a receber	13	4 928 046	4 730 886
Diferimentos	14	527 361	274 381
Caixa e depósitos bancários	4	5 815 839	30 387
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>38 355 600</b>	<b>37 003 297</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>45 406 350</b>	<b>44 660 080</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	15	8 100 000	8 100 000
Outros instrumentos de capital próprio	16	10 316 222	10 316 222
Reservas legais	17	95 506	95 506
Outras reservas	18	617 458	617 458
Resultados transitados	19	(12 627 242)	(13 536 727)
<b>Resultado líquido</b>		<b>1 378 050</b>	<b>909 485</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>7 879 995</b>	<b>6 501 945</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	20	802 294	987 027
Financiamentos obtidos	21	2 187 500	3 062 500
<b>Total de passivo não corrente</b>		<b>2 989 794</b>	<b>4 049 527</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	23	7 026 645	4 846 483
Adiantamentos de clientes	24	-	110 838
Estado e outros entes públicos	12	3 354 634	3 954 268
Financiamentos obtidos	21	14 375 000	15 920 638
Outras contas a pagar	22	4 739 319	3 944 197
Diferimentos	14	5 040 963	5 332 184
<b>Total de passivo corrente</b>		<b>34 536 561</b>	<b>34 108 608</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>37 526 355</b>	<b>38 158 135</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>45 406 350</b>	<b>44 660 080</b>

O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Dra. Sônia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Contabilista Certificada

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

## I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Período findo em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	26	58 562 230	54 993 577
Subsídios à exploração	27	6 649	52 329
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	28	453 565	357 737
Variação nos inventários de produção	29	(153 043)	(120 173)
Trabalhos para a própria entidade	30	1 140	2 637
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(16 396 296)	(13 895 729)
Fornecimento e serviços externos	32	(13 718 177)	(11 137 705)
Gastos com o pessoal	33	(25 314 167)	(28 136 555)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(418 132)	(83 395)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(7 225)	11 100
Provisões (aumentos/reduções)	20	184 733	11 446
Outros rendimentos e ganhos	34	1 209 395	1 815 900
Outros gastos e perdas	35	(1 087 628)	(385 843)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 323 044</b>	<b>3 485 325</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	(1 114 171)	(1 241 271)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 208 873</b>	<b>2 244 053</b>
Juros e gastos similares suportados	37	(707 923)	(1 244 552)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>1 500 951</b>	<b>999 502</b>
Imposto sobre o rendimento do período	38	(122 900)	(90 017)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 378 050</b>	<b>909 485</b>

O Conselho de Administração

Diretora Financeira



Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente



Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Contabilista Certificada

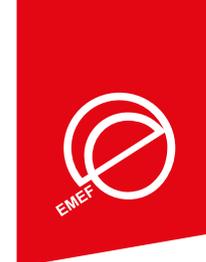


Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal



Dr. Nuno Serra de Sanches Osório



## I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	77 712 297	70 646 552
Pagamentos a fornecedores	(36 378 085)	(30 103 873)
Pagamentos ao pessoal	(23 763 366)	(26 785 460)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>17 570 845</b>	<b>13 757 219</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	8 410	1 808
Outros recebimentos/pagamentos	(8 734 659)	(7 842 089)
	<b>(8 726 250)</b>	<b>(7 840 281)</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS [1]</b>	<b>8 844 596</b>	<b>5 916 939</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Investimentos financeiros	333 333	269 403
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<b>333 333</b>	<b>269 403</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(362 328)	(70 639)
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	-
	<b>(362 328)</b>	<b>(70 639)</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]</b>	<b>(28 995)</b>	<b>198 764</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 808 474	5 066 523
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
	<b>1 808 474</b>	<b>5 066 523</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(4 229 112)	(9 907 433)
Juros e gastos similares	(609 437)	(1 276 773)
Outras operações de financiamento	-	-
	<b>(4 838 549)</b>	<b>(11 184 206)</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]</b>	<b>(3 030 074)</b>	<b>(6 117 683)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>5 785 526</b>	<b>(1 980)</b>
<b>EFEITOS DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO</b>	<b>(75)</b>	<b>(23)</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>30 387</b>	<b>32 390</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>5 815 839</b>	<b>30 387</b>

## I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

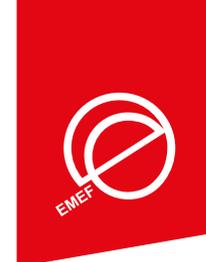
# MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período 2015

## Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Notas	Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	1							
<b>Alterações no Período</b>								
I Primeira adoção do referencial contabilístico		8 100 000		10 316 222			95 506	617 458
I Alterações de políticas contabilísticas								
I Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
I Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
I Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								
I Ajustamentos por impostos diferidos								
I Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
<b>Total das alterações no período</b>	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3							
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-
<b>Operações com detentores de capital próprio no período</b>								
I Realizações de capital								
I Realizações de prémios de emissão								
I Distribuições								
I Entradas para cobertura de perdas								
I Outras operações	16							
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	5	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2015</b>	6=1+2+3+5	8 100 000	-	10 316 222	-	-	95 506	617 458



Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>								
<b>Alterações no Período</b>								
I Primeira adoção do referencial contábilístico	(13 536 727)	-	-	-	909 485	6 501 945	-	6 501 945
I Alterações de políticas contábilísticas								
I Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
I Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
I Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
I Ajustamentos por impostos diferidos								
I Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
<b>Total das alterações no período</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>					1 378 050	1 378 050		1 378 050
<b>Resultado Integral</b>					1 378 050	1 378 050		1 378 050
<b>Operações com detentores de capital próprio no período</b>								
I Realizações de capital								
I Realizações de prêmios de emissão								
I Distribuições								
I Entradas para cobertura de perdas								
I Outras operações	909 485				(909 485)			
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	909 485	-	-	-	(909 485)	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2015</b>	(12 627 242)	-	-	-	1 378 050	7 879 995	-	7 879 995

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
Período 2014

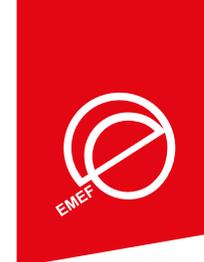
		Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							
	Notas	Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>	1								
<b>Alterações no Período</b>									
Primeira adoção do referencial contábilístico		8 100 000		10 316 222			95 506	617 458	
Alterações de políticas contábilísticas	5								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15								
<b>Total das alterações no período</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3								
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Operações com detentores de capital próprio no período</b>									
Realizações de capital									
Realizações de prêmios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	16								
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	5	-	-	-	-	-	-	-	
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2014</b>	6=1+2+3+5	8 100 000	-	10 316 222	-	-	95 506	617 458	

## Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesse minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>								
<b>Alterações no Período</b>								
I Primeira adoção do referencial contabilístico	(10 146 442)	-	-	-	(3 390 285)	5 592 460	-	5 592 460
I Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								
I Ajustamentos por impostos diferidos								
I Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-	-	-
<b>Total das alterações no período</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>					909 485	909 485		909 485
<b>Resultado Integral</b>	-	-	-	-	909 485	909 485	-	909 485
<b>Operações com detentores de capital próprio no período</b>								
I Realizações de capital								
I Realizações de prémios de emissão								
I Distribuições								
I Entradas para cobertura de perdas								
I Outras operações	(3 390 285)				3 390 285			
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	<b>(3 390 285)</b>	-	-	-	<b>3 390 285</b>	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2014</b>	<b>(13 536 727)</b>	-	-	-	<b>909 485</b>	<b>6 501 945</b>	-	<b>6 501 945</b>

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2015, a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%;
- b) Nomad Tech, Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 2.

# REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2.1 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 14 de julho.



## 2.2 / DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## 2.3 / CONTEÚDOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NÃO COMPARÁVEIS COM O PERÍODO ANTERIOR

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 3.

# BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

## 3.1 / BASES DE APRESENTAÇÃO E MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos.

## 3.2 / POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

### A. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.



Incluem ainda custos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### *Depreciações*

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos com base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada para cada classe do ativo situam-se nos intervalos abaixo indicados:



	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os terrenos não são objeto de depreciação.

## **B. ATIVOS INTANGÍVEIS**

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

### *Ativos intangíveis com vida útil finita*

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os gastos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:



	Número de anos
Programas de computador	1 a 3

### c. LOCAÇÕES

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

### d. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras detidas pela EMEF são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras incluem o interesse da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.

As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse detido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

#### *Investimentos em subsidiárias*

As participações financeiras em subsidiárias presumem a existência de controlo de mais de metade dos direitos de voto, ou o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da Empresa ou da atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, independentemente da percentagem detida ser inferior a 50%.

#### *Investimentos em associadas*

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.



#### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

#### E. INVENTÁRIOS

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

##### *Reconhecimento e mensuração*

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

Os **produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

Os **produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

##### *Perdas por imparidade de inventários*

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 10.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver uma alteração no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida/reforçada.

#### F. CONTAS A RECEBER

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registada é revertida por contrapartida de rendimentos do período, caso se verifique uma redução da perda estimada.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

#### G. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.

#### H. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2015	2014
Dólar / US - USD	1,0887	1,2082
Libra esterlina - GBP	0,73395	0,7764



#### I. CAPITALIZAÇÃO DE GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os gastos com financiamentos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

#### J. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fielmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

#### K. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A EMEF não reconhece ativos e passivos contingentes, divulgando-os quando for provável a ocorrência de influxos/exfluxos de recursos que se traduzam em benefícios ou perdas econômicas.

#### L. RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registrados nas rubricas de diferimentos ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

#### M. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

##### *Venda de bens*

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

##### *Prestação de serviços*

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com base na fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os gastos incorridos com a transação ou a incorrer para a conclusão do mesmo sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os gastos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede apenas ao re-



conhecimento dos gastos incorridos, não reconhecendo qualquer crédito, por não ser provável que aqueles gastos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Récito.

#### N. GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos financiamentos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### O. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os gastos iniciais não incluem os gastos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

#### *Imparidade*

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

#### P. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento registado em resultados inclui apenas o efeito dos impostos correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas e julgamentos utilizados nas demonstrações financeiras estão descritos na Nota 3.3.

#### Q. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

#### R. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 44.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do fecho são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

### 3.3 / PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta Nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, pelo que os resultados poderiam ser diferentes, caso um outro tratamento tivesse sido escolhido.

Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### *Provisões*

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

#### *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação daqueles saldos, na antiguidade dos mesmos, anulação de dívidas, incumprimentos frequentes e outros fatores considerados relevantes. São também consideradas outras circunstâncias e factos que possam al-



terar a probabilidade de recebimento dos saldos das contas a receber tais como, a conjuntura económica. Este processo de avaliação pode conduzir a alterações no montante estimado para perdas de imparidade suficientes para mitigar o risco de incumprimento de clientes e outros devedores. Tais alterações são refletidas nos resultados do período.

#### *Reconhecimento do rédito*

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. Este método aplicado à prestação de serviços tem em consideração os gastos totais estimados, para cada obra/serviço (montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares), bem como o preço de venda do serviço acordado com o cliente.

Caso existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos gastos incorridos não virem a ser recuperados, o rédito não é reconhecido.

#### *Perdas por imparidade - inventários*

Os pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na Nota 10 – Inventários.

### 3.4 / PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não tendo sido concretizada a privatização da EMEF, dar-se-á continuidade ao processo de reajustamento do quadro de efetivos e de reorganização da empresa, de forma a rejuvenescer e a reforçar as competências do seu corpo técnico e a posicioná-la para atuar de forma mais eficaz e competitiva no mercado concorrencial.

Vários são os desafios que se colocam à EMEF nos tempos mais próximos:

A recente privatização da CP Carga que tem como consequência que mais de 20% do volume de negócios da EMEF passe a estar em clientes fora do universo CP. Tal facto exigirá que a empresa, embora sujeita a constrangimentos de ordem administrativa inerentes ao seu estatuto de empresa pública, se capacite para operar num mercado mais competitivo em concorrência direta com outros operadores em concursos lançados pelo seu próprio acionista.

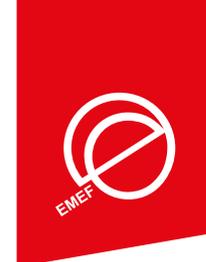
O Governo decidiu, no início de 2016, reverter o processo de subconcessão do Metro do Porto, à Empresa Transdev, com a qual a EMEF tinha celebrado um contrato de prestação de serviços de manutenção da frota. Tal facto exigirá o reposicionamento da EMEF no mercado para continuar a garantir a sua participação no processo de reparação e manutenção daquela frota.

Em 2016 a EMEF dará início à prestação de serviços de revisão geral dos 960.000 Km da frota Eurotram, da Empresa "Metro do Porto", ganha num concurso público internacional realizado em 2015, facto que reforça e comprova a sua capacidade e competência técnica adquirida na reparação e manutenção dos metros ligeiros.

Dar-se-á continuidade à estratégia de internacionalização através do estabelecimento de parcerias, que permitam aceder e responder às exigências dos novos mercados geográficos ou setoriais, sendo a grande aposta o mercado de reparação de equipamentos.

### 3.5 / PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos.



## FLUXOS DE CAIXA

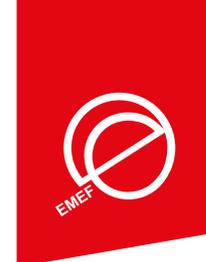
A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2015, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Caixa</b>		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
	<b>2 000</b>	<b>2 000</b>
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Novo Banco	53 969	14 985
Banco BPI, SA	524 084	-
Banco Comercial Português	178 324	-
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	494	1000
BCP - Parq. Ofici. Norte	1 043	786
BCP - Serviços Centrais	1 500	154
Caixa Geral de Depósitos	54 045	11 082
Crédito Agrícola	328	328
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	5 000 052	52
	<b>5 813 839</b>	<b>28 387</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>5 815 839</b>	<b>30 387</b>





## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 5.

# POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS

Durante o período em análise a EMEF não efetuou qualquer alteração nas políticas e estimativas contabilísticas nem fez a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas suas demonstrações financeiras.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 6.

# ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Valor Bruto</b>		
Terrenos e recursos naturais	1 592 530	1 592 530
Edifícios e outras construções	6 372 674	6 118 198
Equipamento básico	14 906 901	14 888 125
Equipamento de transporte	1 658 890	1 635 052
Equipamento administrativo	2 217 908	2 208 951
Outros ativos fixos tangíveis	2 570 108	2 535 079
	<b>29 319 012</b>	<b>28 977 936</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	1 112 809	1 239 965
Anulações do período	(78 354)	(1 161 626)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	21 780 261	21 701 922
	<b>22 814 716</b>	<b>21 780 261</b>
<b>Investimentos em Curso</b>		
Ativo Fixo Tangível em Curso	-	41 453
	-	<b>41 453</b>
<b>Valor Líquido contabilístico</b>	<b>6 504 296</b>	<b>7 239 127</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2015, são detalhados no quadro seguinte:



	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações/ Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transfe- rências	Outras Alterações	Saldo Final
<b>Valor Bruto</b>									
Terrenos e recursos naturais	1 592 530	-	-	-	-	-	-	-	1 592 530
Edifícios e outras construções	6 118 198	-	-	-	-	-	254 476	-	6 372 674
Equipamento básico	14 888 125	29 970	-	-	-	(45 937)	34 743	-	14 906 901
Equipamento de transporte	1 635 052	41 565	-	-	-	(17 727)	-	-	1 658 890
Equipamento administrativo	2 208 951	17 673	-	-	-	(8 716)	-	-	2 217 908
Outros ativos fixos tangíveis	2 535 079	41 357	-	-	-	(6 328)	-	-	2 570 108
Investimentos em Curso	41 453	247 766	-	-	-	-	(289 219)	-	-
- Ativo Fixo em curso									
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>29 019 389</b>	<b>378 332</b>	-	-	-	<b>(78 708)</b>	-	-	<b>29 319 012</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Edifícios e outras construções	2 938 016	325 089	-	-	-	-	-	-	3 263 105
Equipamento básico	12 686 464	666 721	-	-	-	(45 583)	-	-	13 307 603
Equipamento de transporte	1 633 403	6 135	-	-	-	(17 727)	-	-	1 621 812
Equipamento administrativo	2 012 019	81 145	-	-	-	(8 716)	-	-	2 084 448
Outros ativos fixos tangíveis	2 510 359	33 718	-	-	-	(6 328)	-	-	2 537 749
	<b>21 780 261</b>	<b>1 112 809</b>	-	-	-	<b>(78 354)</b>	-	-	<b>22 814 716</b>
<b>Total</b>	<b>7 239 127</b>								<b>6 504 296</b>

No período em análise prosseguiu-se à semelhança de anos anteriores, com a política de contenção na aquisição de ativos fixos tangíveis, cifrando-se esta no montante de 378.332 euros.

O maior incremento verificou-se na rubrica de edifícios e outras construções, nomeadamente com obras realizadas nos diques ferroviários e na remodelação de espaços.

Para aquisição em 2008, do prédio urbano sito na Amadora foi contratado um financiamento conforme referido na Nota 21 – Financiamentos obtidos.



## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 8.

# PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL



	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
EMEF/Siemens Ace	366 651	-	366 651	344 151	-	344 151
Nomad Tech Lda	156 500	-	156 500	69 586	-	69 586
	<b>523 151</b>		<b>523 151</b>	<b>413 737</b>		<b>413 737</b>

O movimento das participações financeiras reconhecidas pela aplicação do método da equivalência patrimonial, é evidenciado como se segue:



	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
<b>Valor Bruto</b>						
EMEF/Siemens Ace	344 151	-	-	366 651	(344 151)	366 651
Nomad Tech Lda	69 586	-	-	86 915	-	156 500
	<b>413 737</b>	-	-	<b>453 565</b>	<b>(344 151)</b>	<b>523 151</b>

No agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, participam a EMEF, SA e a SIEMENS com 51% e 49% respetivamente. No período de 2015 o ACE obteve o resultado líquido de 718.923 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 366.651 euros referentes à sua participação. O valor referente ao período anterior, no montante de 344.151 euros foi pago pelo ACE à EMEF no decurso do ano 2015.



A EMEF detém ainda uma quota de 35% na sociedade Nomad Tech Lda, com o valor nominal de 56.000 euros. Os restantes 65% são detidos pelos seguintes titulares: Nomad Holding Limited (51%), Augusto António Moreira da Costa Franco (7%) e Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (7%). A sociedade foi constituída sob a forma de sociedade por quotas em 11 de novembro de 2013 e iniciou a sua atividade em 01 de dezembro de 2013, tendo como objeto social a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

A Nomad Tech encerra o seu período a 30 de junho de cada ano. À data de encerramento de contas, que ocorreu em 30 de junho de 2015, a sociedade obteve um resultado líquido positivo de 165.776 euros dos quais a EMEF reconheceu nas suas contas 58.022 euros, correspondentes aos 35% de participação. Daquele montante, a EMEF reconheceu em rendimentos 17.307 euros em 2014 e 40.714 euros em 2015, uma vez que o resultado líquido da Nomad Tech entre janeiro e junho de 2015 foi de 116.326 euros.

No período compreendido entre julho e dezembro de 2015 aquela sociedade obteve um resultado líquido de 132.002 euros, o que implicou o reconhecimento de um rendimento no montante de 46.201 euros na demonstração dos resultados por naturezas da EMEF no período de 2015.

As restantes rubricas de capital próprio da Nomad Tech mantiveram-se inalteradas desde 31 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2015.

Desta forma, a aplicação do MEP para o período completo de 2015, referente à participação na Nomad Tech, gerou nas demonstrações financeiras da EMEF, o reconhecimento de um rendimento total de 86.915 euros.

A informação financeira referente às Empresas associadas apresenta-se como se segue:



	% de Participação	Data de Referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
<b>Valor Bruto</b>						
EMEF/Siemens Ace	51	31.12.2015	11 308 917	10 589 995	718 923	718 923
Nomad Tech Lda	35	31.12.2015	1 860 789	1 413 645	447 143	132 002*

\* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2015 e 31/12/2015, conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 9.

# PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

A EMEF detém pequenas participações nas entidades abaixo que se encontram reconhecidas ao custo menos as perdas por imparidade reconhecidas a 100%, dado não ser expectável recuperar o valor dessas participações.



	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31 944	31 944	-	31 944	31 944	-
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2 500	2 500	-	2 500	2 500	-
	<b>34 444</b>	<b>34 444</b>	-	<b>34 444</b>	<b>34 444</b>	-

No decurso do período de 2015, não existiu qualquer movimento nas demonstrações financeiras da EMEF, referente a estas duas participações.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 10.

# INVENTÁRIOS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Valor Bruto</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	26 276 735	25 927 367
Produtos acabados e intermédios	977 114	1 307 914
	<b>27 253 848</b>	<b>27 235 281</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	(493 400)	(709 158)
Imparidades de períodos anteriores	9 147 478	9 856 636
	<b>8 654 078</b>	<b>9 147 478</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>18 599 771</b>	<b>18 087 803</b>



### *Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um acréscimo face ao ano transato no montante de 349.367 euros. Este aumento deveu-se ao efeito conjugado de aquisições superiores aos consumos, no valor de 1.297.684 euros, e de regularizações de inventários resultantes de abate de materiais, identificados como obsoletos ou sem aplicação nas séries de material ativas, ou de quebras/sobras por contagens realizadas durante o ano de 2015, no valor de 948.316 euros.



	Saldo inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Saldo final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 927 367	17 022 574	(16 396 296)	(276 911)	26 276 735
	<b>25 927 367</b>	<b>17 022 574</b>	<b>(16 396 296)</b>	<b>(276 911)</b>	<b>26 276 735</b>

Em 26 de dezembro de 2014, a EMEF celebrou com a Metro do Porto um contrato de prestação de serviços de manutenção da sua frota, a vigorar por um período de 4 meses - de janeiro a abril - tempo estimado para o início do contrato de subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Após o *terminus* deste contrato inicial, a continuidade da prestação deste serviço foi atribuída à EMEF, acabando por se prolongar por todo o período de 2015.

No âmbito destes contratos e de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, a Metro do Porto colocou à disposição da EMEF peças de reserva, sua propriedade, com a condição da respetiva reposição no final do contrato. Sucede que, não sendo as referidas peças inventário da EMEF, não foi contabilizado qualquer consumo (custo) à medida que estas foram sendo utilizadas. Para reconhecer o custo no devido período estimou-se, à data de 31 de dezembro de 2015, o valor a despender em 2016 com a aquisição e/ou reparação das peças a repor. A estimativa baseou-se nos valores das encomendas já colocadas junto dos fornecedores ou, não existindo encomenda, nos valores suportados com a aquisição de peças com características semelhantes. Assim, o valor da coluna das regularizações, em 31 de dezembro de 2015, inclui o montante de 671.405 euros (sinal positivo) referente ao valor estimado dos inventários consumidos neste período.

*Produtos acabados e intermédios*

A rubrica produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 330.800 euros devido a dois fatores: por um lado o abate de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação nas séries de material ativas que ocorreram durante o ano de 2015, o qual totalizou 177.757 euros, por outro lado as saídas para a produção superaram os fabricos em 153.043 euros.



	Saldo inicial	Produção	Saídas	Regularizações	Saldo final
Produtos acabados e intermédios	1 307 914	126 327	(279 370)	(177 757)	977 114
	<b>1 307 914</b>	<b>126 327</b>	<b>(279 370)</b>	<b>(177 757)</b>	<b>977 114</b>

*Perdas por imparidade*

A atualização das perdas por imparidades de inventários está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais.

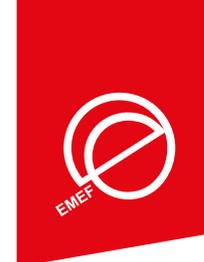
Os critérios utilizados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos nove anos

Considera-se como corrente, e portanto não sujeito a qualquer imparidade, todo o material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até ao *terminus* do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%. Sobre os materiais sem histórico de consumo nos últimos nove anos e com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos nove anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de dois anos e não tenham registado consumo nos últimos nove anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor. Sobre os materiais com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.



3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos nove anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos nove anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos nove anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos nove anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham registado consumo nos últimos nove anos mas cujas perspectivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos nove anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao *terminus* do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

8. Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de três anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em três anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de dois anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Durante o período de 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade de inventários foi o seguinte:



	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Final
Imparidade - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(8 591 204)	(605 094)	204 967	744 468	(8 246 863)
Imparidade - Produtos acabados e intermédios	(556 274)	(31 622)	13 617	167 064	(407 215)
	<b>(9 147 478)</b>	<b>(636 717)</b>	<b>218 584</b>	<b>911 533</b>	<b>(8 654 078)</b>

As imparidades acumuladas sofreram um decréscimo no montante de 493.400 euros em relação ao ano transato, justificado principalmente pelo abate de bens considerados obsoletos/sucata conforme anteriormente mencionado, pelo que as respetivas perdas por imparidade já se encontravam reconhecidas. Este facto justifica o elevado valor na coluna “utilizações” do quadro acima.

Os aumentos por imparidade de inventários, no montante de 636.717 euros, bem como as reversões, no valor de 218.584 euros, devem-se exclusivamente à aplicação dos critérios de cálculo de imparidades atrás mencionados.

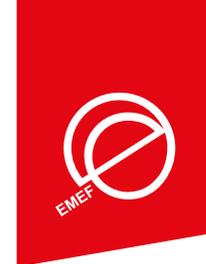
## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 11.

# CLIENTES

A rubrica clientes, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresentava o seguinte detalhe:



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Clientes c/c</b>		
Gerais	5 267 765	5 350 672
Empresa-mãe	2 608 867	7 885 801
Empreendimentos conjuntos	466 656	587 772
<b>Clientes - Retenção de garantia</b>	-	3 395
<b>Clientes Cobrança duvidosa</b>	166 634	232 979
<b>Clientes Cauções</b>	48 450	48 450
	<b>8 558 372</b>	<b>14 109 069</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Utilizações de imparidades no período	92 786	11 100
Perdas / Reversões por imparidade no período	(7 225)	-
Imparidades reconhecidas em períodos anteriores	(230 990)	(242 089)
	<b>(145 429)</b>	<b>(230 990)</b>
<b>Total</b>	<b>8 412 943</b>	<b>13 878 079</b>



Comparativamente com o ano 2014, verificou-se uma diminuição global dos saldos de clientes com particular incidência no saldo de clientes Empresa-mãe cuja diminuição totalizou 5.276.934 euros.

A variação na rubrica clientes Empresa-mãe é justificada em parte pela redução dos serviços prestados, mas também pela melhoria dos prazos de recebimento resultante de um estreito acompanhamento das dívidas e da integração da CP no perímetro de consolidação do Estado.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no ano de 2015:



	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
<b>Cientes c/c</b>					
Gerais	(230 990)	(7 683)	458	92 786	(145 429)
<b>Total</b>	<b>(230 990)</b>	<b>(7 683)</b>	<b>458</b>	<b>92 786</b>	<b>(145 429)</b>

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes apresenta uma diminuição líquida de 85.560 euros, sendo de salientar a utilização da provisão criada para o cliente Marginal - Ind. Metalomecânica, SA após reconhecimento da irrecuperabilidade dos créditos.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de dezembro do ano de 2015 comparativamente com o período homólogo do ano de 2014.



#### 31-12-2015

	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
<b>Cientes c/c</b>						
Gerais	4 187 138	1 079 106	1 522	-	-	5 267 765
Empresa-mãe	2 396 181	106 560	2 336	103 791	-	2 608 867
Empreendimentos conjuntos	496 054	21 614	40 238	(53 796)	(37 455)	466 656
<b>Cientes cobrança duvidosa</b>	-	-	-	24 878	141 756	166 634
<b>Cientes Cauções</b>	-	-	-	48 450	-	48 450
<b>Imparidades</b>						
Gerais	-	-	-	(7 068)	(138 361)	(145 429)
<b>Total</b>	<b>7 079 373</b>	<b>1 207 280</b>	<b>44 095</b>	<b>116 255</b>	<b>(34 060)</b>	<b>8 412 943</b>

#### 31-12-2014

	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
<b>Cientes c/c</b>						
Gerais	5 088 833	261 080	317	441	-	5 350 672
Empresa-mãe	7 648 647	143 868	5 464	37 255	50 567	7 885 801
Empreendimentos conjuntos	265 043	37 551	6 072	279 105	-	587 772
<b>Cientes-Retenção de garantia</b>	3 395	-	-	-	-	3 395
<b>Cientes cobrança duvidosa</b>	-	-	-	-	232 979	232 979
<b>Cientes Cauções</b>	48 450	-	-	-	-	48 450
<b>Imparidades</b>						
Gerais	-	-	-	(458)	(230 532)	(230 990)
<b>Total</b>	<b>13 054 368</b>	<b>442 499</b>	<b>11 854</b>	<b>316 343</b>	<b>53 015</b>	<b>13 878 079</b>

Foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais tendo sido considerados montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

Acresce informar que os valores negativos constantes no quadro para os períodos de mora de 180 a 360 e mais de 360 dias relativos aos clientes - Empreendimentos conjuntos, se referem a regularizações efetuadas a faturas de anos anteriores e do próprio ano que em 31-12-2015 se encontravam pagas.

Em análise posterior, identificou-se um erro na faturação emitida tendo sido acordado entre as partes proceder à referida regularização e o valor será posteriormente deduzido a pagamentos pendentes, por encontro de contas.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 12.

# ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	94 566	65 632
Retenções de imposto sobre o rendimento	265 758	305 367
IVA a pagar	2 508 273	3 045 559
Contribuições para a Segurança Social	486 037	537 711
	<b>3 354 634</b>	<b>3 954 268</b>

### *Ativo – Imposto sobre o rendimento*

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).



Em virtude dos prejuízos consecutivos apresentados pelas Empresas do grupo e da impossibilidade de deduzir esses prejuízos à coleta, a CP optou por requerer o seu reembolso. No âmbito desse pedido, a Autoridade Tributária realizou uma inspeção às contas de 2014. O processo de inspeção às contas da EMEF foi concluído com sucesso durante o período de 2015, não tendo resultado qualquer correção.

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das Empresas do grupo ocorre quando o reembolso é recusado por parte a Autoridade Tributária.

#### *Passivo - impostos*

Comparativamente com o ano anterior, a rubrica Estados e Outros Entes Públicos registou uma diminuição na ordem dos 15%, motivado essencialmente pelos seguintes fatores:

- Aumento da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 44%. Este aumento foi motivado por um lado, pelo incremento da tributação autónoma apurada em resultado do alargamento da esfera de incidência às viaturas ligeiras de mercadorias referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Código do Imposto Sobre Veículos, e por outro, pelo aumento do imposto corrente do período, fruto do incremento verificado no resultado líquido obtido.
- Diminuição do valor das retenções de imposto sobre o rendimento e das contribuições para a segurança social em cerca de 13% e 9% respetivamente como resultado da diminuição do efetivo de 1030 para 979 trabalhadores.
- Diminuição do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 18%, motivado essencialmente pela redução da faturação nos dois últimos meses do ano de 2015, face aos valores de 2014.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 13.

## OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Adiantamento a fornecedores de investimentos</b>		
Pessoal	48 367	35 523
Acréscimos de rendimentos	1 320 137	571 452
Devedores diversos	3 107 698	3 668 951
Reembolso de despesas	451 844	454 960
	<b>4 928 046</b>	<b>4 730 886</b>
<b>Imparidade acumulada</b>	<b>4 928 046</b>	<b>4 730 886</b>

Esta rubrica registou um incremento de cerca de 4,17%, face ao período homólogo, que se traduz no montante de 197.160 euros.

As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes componentes:

#### *Acréscimos de Rendimentos*

O acréscimo de 132% verificado em 2015 prende-se essencialmente com o aumento do nível de atividade registado, face ao período homólogo, com expressão no número e valor de intervenções em curso à data de 31 de dezembro de 2015.

#### *Devedores Diversos*

- Mantém-se em dívida o pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Este montante está provisionado em 50% conforme descrito na Nota 20 – Provisões.
- O Metropolitano de Lisboa (ML) e a EMEF acordaram em protocolo celebrado em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de seis meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os gastos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. No entanto, face ao tempo decorrido, a EMEF perdeu o interesse na construção do referido edifício, o que originou a assinatura de uma adenda ao protocolo. Neste último documento foi acordado pelas partes que o ML pagaria à EMEF uma indemnização no montante de 2.000.000 euros de acordo com um plano de pagamento. A esta data foi recebida a primeira tranche no montante de 600.000 euros com a assinatura da Adenda, e as restantes tranches estão calendarizadas até ao final de 2016.

Foi o recebimento dos 600.000 euros que contribuiu essencialmente para o decréscimo de cerca de 15% nesta componente.



## DIFERIMENTOS

 ATIVO	31-12-2015	31-12-2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	408 274	179 163
Diversos	119 088	95 218
	<b>527 361</b>	<b>274 381</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31-12-2015</b>	<b>31-12-2014</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Fat. p/Conta - Trab. a Real.	5 031 640	5 316 714
Outros Rec. c/ rend. Dif	9 324	15 471
	<b>5 040 963</b>	<b>5 332 184</b>

### *Gastos a reconhecer - Seguros*

A variação de cerca de 127% face ao ano anterior, deve-se à conjugação de dois fatores – um aumento do prémio de seguro motivado pela alteração dos capitais seguros objeto das apólices contratadas em 2015, e alteração da periodicidade de pagamento que passou a ser semestral. Assim, no final de 2014 estava pendente nesta rubrica o valor correspondente a um trimestre ao invés de 2015 que, para a maioria dos seguros, está faturado um semestre.

### *Gastos a reconhecer - Diversos*

O aumento de cerca de 25% que se verifica nesta componente face ao período de 2014, deve-se essencialmente ao valor dos passes escolares para filhos de trabalhadores no ativo transitado da CP para o período compreendido entre janeiro e julho de 2016.

### *Rendimentos a reconhecer - Faturação por conta de trabalhos a realizar*

A faturação por conta de trabalhos a realizar engloba os movimentos referentes a faturas parciais emitidas para clientes, de acordo com as condições contratuais estabelecidas, bem como as correspondentes deduções relativas ao rédito considerado para as obras em curso no final do ano.

Esta rubrica registou uma diminuição de 285.074 euros no final de 2015 comparativamente com o período homólogo do ano anterior, que resulta da conclusão no final no corrente ano de algumas intervenções em material circulante e equipamentos que tinham sido objeto de faturação parcial no início dos trabalhos.

De ressaltar que este saldo inclui 3.460.927 euros, relativos aos 20% do valor global do contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos 10 CPA 4000 que compõem a série, faturados no mês de novembro de 2015. O mesmo valor, faturado inicialmente em novembro de 2014, foi objeto de anulação em fevereiro de 2015 em resultado da celebração do acordo de revogação entre a CP e a EMEF para o respetivo contrato. O mesmo valor voltou a ser contabilizado com a celebração de um novo contrato, celebrado por igual montante.

Os restantes 1.570.713 euros desta rubrica, a 31 de dezembro de 2015, são decompostos essencialmente pela faturação de 60% com o início dos seguintes trabalhos:

- Loc. 0186 - Reconversão de queima de carvão para *fuel/diesel*
- Aut.3254 - Intervenção do tipo R2
- Loc.1905 - Intervenção do tipo R2
- CPA's 4000 - Fornecimento e substituição de cablagem de comando dos conversores de tração que no seu conjunto totalizam 1.328.697 euros.

#### *Rendimentos a reconhecer - Outros rendimentos diferidos*

O Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP), enquanto responsável pela execução da Medida Estágios Emprego, criada pela Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pelas Portarias n.º 375/2013, de 27 de dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro e a EMEF enquanto entidade promotora, iniciaram no período de 2014 estágios de emprego com a duração de 12 meses. A cada estagiário é concedida mensalmente, em função do nível de qualificação uma bolsa de estágio. Estas bolsas são comparticipadas pelo IEFP. No final de 2014 a conta refletia o valor do subsídio atribuído mas cujos gastos ainda não tinham ocorrido. O valor foi reconhecido como rendimento na proporcionalidade dos gastos incorridos em cada mês de trabalho prestado.

No final de 2015 o saldo reflete igualmente os valores referentes a rendas faturadas antecipadamente mas que respeitam ao mês de janeiro de 2016.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 15.

## CAPITAL REALIZADO

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2015, sendo totalmente detido pela CP, EPE.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 16.

## OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 17.

## RESERVAS LEGAIS

Estipulam o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e os estatutos da EMEF que a reserva legal seja obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

A EMEF, face aos prejuízos transitados de períodos anteriores, tem optado pela cobertura integral destes em detrimento do reforço da reserva legal.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 18.

## OUTRAS RESERVAS



	31-12-2015	31-12-2014
Posição no início do período	617 458	617 458
	<b>617 458</b>	<b>617 458</b>

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 19.

## RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados justifica-se pela incorporação do resultado líquido positivo do período de 2014, no montante de 909.485 euros conforme decisão da Assembleia Geral do dia 26 de março de 2015.

Dentro da rubrica de resultados transitados, encontram-se registados os excedentes de reavaliação, resultantes da reavaliação livre o ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. No período de 2015 foi realizada parte desta reserva, no montante de 4.782 euros. No entanto, esta realização não tem qualquer impacto no total da rubrica Resultados Transitados, uma vez que se trata apenas de uma reclassificação entre sub-rubricas da mesma. A 31 de dezembro de 2015, o montante da reavaliação por realizar ascende a 8.112 euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização.



A variação ocorrida traduz-se no quadro seguinte:



	Saldo inicial	Outras transferências	Saldo final
Resultados Transitados	(13 068 358)	909 485	(12 158 874)
Resultados Transitados Regularização de Excedentes	1 222 161	4 782	1 226 943
Resultados Transitados Ajustamentos de Conversão	(1 703 423)	-	(1 703 423)
Resultados Transitados Realização Reserva Reavaliação - 2002	12 894	(4 782)	8 112
	<b>(13 536 727)</b>	<b>909 485</b>	<b>(12 627 242)</b>

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 20.

## PROVISÕES

O movimento na rubrica de provisões para o período de 2015 analisa-se como se segue:



	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	277 967	153 475	(338 209)	93 234
Outras provisões	709 060	-	-	709 060
	<b>987 027</b>	<b>153 475</b>	<b>(338 209)</b>	<b>802 294</b>

### *Processos judiciais*

O saldo desta componente a 31 de dezembro de 2015, no montante de 93.234 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras. O saldo apresentado resulta basicamente de processos instaurados por trabalhadores e ex-trabalhadores da EMEF.

Face ao período homólogo ocorreu uma diminuição significativa motivada essencialmente pela resolução do Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito do acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.202 euros, e na qual a EMEF foi absolvida.

Durante o ano de 2015 foram criadas provisões para outros processos, mas cujo sucesso das ações originou a sua anulação ainda durante o próprio período económico.

### *Outras Provisões*

Processo instaurado contra o Millennium BCP e Outros relativamente à cedência de créditos futuros a duas entidades distintas conforme referido na Nota 13 – Outras contas a receber.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 21.

# FINANCIAMENTOS OBTIDOS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Não corrente</b>		
<b>Financiamentos bancários</b>	2 187 500	3 062 500
	<b>2 187 500</b>	<b>3 062 500</b>
<b>Corrente</b>		
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
Financiamentos bancários	875 000	1 078 867
Descobertos bancários	-	1 341 770
Empresa-mãe - Financiamentos	13 500 000	13 500 000
	<b>14 375 000</b>	<b>15 920 638</b>
<b>Total</b>	<b>16 562 500</b>	<b>18 983 138</b>

Os contratos de empréstimo concedidos pela Empresa-mãe, no montante de 13.500.000 euros, enquadráveis pelo Decreto-Lei n.º 133/2013 de 03 de outubro, venceram-se durante o período de 2015, sem que até ao final do ano a sua renovação tenha sido formalizada.

A decomposição por maturidade é a seguinte:



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
<b>Financiamentos bancários</b>		
Até 1 ano	875 000	1 078 867
De 1 a 5 anos	2 187 500	3 062 500
<b>Descobertos bancários</b>		
Até 1 ano	-	1 341 770
<b>Participantes de capital</b>		
Empresa-mãe - Financiamentos	-	-
Até 1 ano	13 500 000	13 500 000
	<b>16 562 500</b>	<b>18 983 138</b>



O quadro seguinte evidencia, à data de 31 de dezembro de 2015, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.



Instituições de crédito e sociedades financeiras	2017	2018	2019	Total
<b>Financiamentos bancários</b>				
Amortizações	875 000	875 000	437 500	2 187 500
Juros vincendos estimados	44 780	22 282	2 705	69 767
	<b>919 780</b>	<b>897 282</b>	<b>440 205</b>	<b>2 257 267</b>

A CP é fiadora da EMEF, junto dos bancos BPI e BES, para o financiamento de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido financiamento. À data de 31 de dezembro de 2015, o montante em dívida ascende a 3.062.500 euros.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 22.

## OUTRAS CONTAS A PAGAR



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	110 411	77 215
Credores por acréscimos	4 564 796	3 801 783
Outros credores	22 440	33 678
Pessoal	41 673	31 522
	<b>4 739 319</b>	<b>3 944 197</b>

### *Credores por acréscimos*

Em 31 de dezembro de 2015, o valor mais significativo nesta rubrica corresponde ao acréscimo por remunerações a liquidar em 2016 relativas à estimativa de gastos com o mês de férias, subsídio de férias e respetivos encargos no montante de 3.203.946 euros, tendo sofrido em relação ao ano anterior um aumento insignificante na ordem dos 0,03%. Apesar desta variação incorporar a reposição dos cortes salariais, o seu efeito é mitigado pela redução do efetivo, conforme descrito na Nota 33 – Gastos com Pessoal.

Desta rubrica consta ainda a especialização de 771.171 euros, referentes ao valor estimado de reposição ou reparação externa de peças de reserva consumidas ou utilizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com a Metro do Porto, SA. Estima-se que o valor de reposição ascende a 671.405 euros e que o gasto com as reparações externas seja de 99.766 euros. O contrato pressupõe que os materiais entregues à EMEF no início do mesmo deverão ser integralmente repostos no seu *terminus*.

Esta situação está detalhadamente explicada na Nota 10 – Inventários.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 23.

# FORNECEDORES



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	6 141 352	4 199 058
Empresa-mãe	14 154	88 185
Fornecedor - Retenção de garantia	19 632	2 595
Fornecedores - Cauções	42 188	-
<b>Faturas em receção e conferência</b>	809 319	556 645
	<b>7 026 645</b>	<b>4 846 483</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e comparativamente com o período homólogo do ano anterior, é possível constatar um aumento global do saldo da rubrica de fornecedores com maior expressão na rubrica fornecedores gerais.

Contribuíram para essa variação as aquisições de materiais para a manutenção das frotas da Metro do Porto, para manutenção de vagões da CP Carga e para o Projeto R1 dos CPA's, a iniciar em 2016.

Paralelamente, há a considerar um volume significativo de materiais entregues e faturados no final do ano e um aumento nos prazos médios de pagamentos que passaram de 64 dias no final de 2014 para 74 dias no final de 2015.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 24.

## ADIANTAMENTOS DE CLIENTES



	31-12-2015	31-12-2014
Tno - Nederlandse Organisatie Voor Toegepast Natuurwetenschappe	-	110 838
	-	<b>110 838</b>

O valor registado em 31.12.2014 foi recebido no âmbito do projeto CARGOVIBES, projeto financiado ao abrigo do Seventh Framework Programme (FP7) e concluído em 31 de março de 2014. Resultou de um excesso de adiantamento, no montante de 100.838 euros, após apuramento e cobertura de todos os gastos efetivamente incorridos pela EMEF na sua execução. A EMEF devolveu o montante ao promotor em 2015, não havendo a 31 de dezembro nenhuma verba pendente nesta rubrica.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 25.

## ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES



	31-12-2015	31-12-2014
Adiantamentos a Fornecedores Gerais	71 640	1 760
	<b>71 640</b>	<b>1 760</b>

A rubrica adiantamentos a fornecedores registou um aumento de 69.880 euros face ao ano 2014. O saldo a 31 de dezembro de 2015 é resultante de um adiantamento relativo à adjudicação da construção de uma caldeira para o serviço que se encontra em execução nas nossas oficinas, de modificação da Locomotiva a Vapor 0186 (reconversão de queima de carvão para *fuel/diesel*).

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 26.

# VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Serviços Prestados</b>		
Manutenção	30 619 920	27 632 352
Reparação	27 942 310	27 361 224
	<b>58 562 230</b>	<b>54 993 577</b>
<b>Total</b>	<b>58 562 230</b>	<b>54 993 577</b>

No período de 2015, os serviços prestados registaram um acréscimo 3.568.653 euros, face ao período homólogo, justificado por um aumento significativo da atividade, principalmente no segmento de negócio da manutenção de material circulante que cresceu 11% relativamente ao período anterior. Esta variação decorre do acréscimo substancial de intervenções para os clientes CP Carga e Metro do Porto.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 27.

# SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período de 2015 foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Estado e Outras Entidades Públicas</b>		
Subsídios IEFP - Medida de Estágios Emprego (ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013)	6 649	10 477
	<b>6 649</b>	<b>10 477</b>
<b>Outras Entidades</b>		
Subsídios IDMEC (Projeto Wearwheel)	-	8 141
Subsídios Thales (Projeto Secur-ED)	-	35 956
Subsídios TNO (Projeto Cargovibes)	-	(2 673)
Subsídios Universidade do Porto (Projeto Maxbe)	-	427
		<b>41 852</b>



No ano de 2014 a EMEF, ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013, candidatou-se à Medida Estágios Emprego com a duração de um ano. No período de 2015, a Empresa recebeu do Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP) o montante de 6.649 euros que correspondem ao remanescente da comparticipação financeira das bolsas de estágio de emprego que tiveram a duração de 12 meses e foram concedidas em função do nível de qualificação de cada estagiário.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 28.

## GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>PERDAS</b>		
<b>Aplicação do método da equivalência patrimonial</b>		
Nomad Tech	-	3 722
	-	3 722
<b>GANHOS</b>		
<b>Aplicação do método da equivalência patrimonial</b>		
Emef/Siemens Ace	366 651	344 151
Nomad Tech	86 915	17 307
	453 565	361 459
<b>Total</b>	<b>453 565</b>	<b>357 737</b>

As variações corridas nesta rubrica estão explicadas na Nota 8 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 29.

# VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Inventários Finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	977 114	1 307 914
	<b>977 114</b>	<b>1 307 914</b>
<b>Reclassificação e regularização de inventários</b>		
Produtos acabados e intermédios	177 757	-
	<b>177 757</b>	<b>-</b>
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	1 307 914	1 428 087
	<b>(153 043)</b>	<b>(120 173)</b>

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 10 – Inventários.

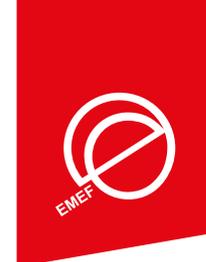
II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 30.

# TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE



	31-12-2015	31-12-2014
Ativos fixos tangíveis	1 140	2 637
	<b>1 140</b>	<b>2 637</b>

Em 2015 foi concluído o banco de ensaios para blocos de freio das UQE3500 cujos trabalhos se tinham iniciado em 2010.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 31.

## CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS



	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 396 296	13 895 729
	<b>16 396 296</b>	<b>13 895 729</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um incremento de 2.500.567 euros. Este aumento, mais que proporcional ao aumento da prestação de serviços, deveu-se essencialmente ao incremento da manutenção para a Metro do Porto, por via da alteração da consistência do serviço prestado, resultante do novo contrato estabelecido em dezembro de 2014.

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 32.

# FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



	31-12-2015	31-12-2014
<b>SUBCONTRATOS</b>	4 408 895	1 794 758
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	809 434	665 065
Publicidade e propaganda	3 084	11 566
Vigilância e segurança	646 422	658 787
Honorários	39 030	65 653
Conservação e reparação	963 463	1 267 317
<b>Materiais:</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	316 458	232 767
Livros e documentação técnica	2 444	2 553
Material de escritório	36 241	32 724
Artigos para oferta	6 250	173
<b>Energia e fluidos:</b>		
Eletricidade	697 740	687 719
Combustíveis	220 581	250 862
Água	105 090	79 640
<b>Deslocações, estadas e transportes:</b>		
Deslocações e estadas	19 330	61 072
Transportes de pessoal	510	2 408
Transportes de mercadorias	186 628	177 914
Outros	26 761	22 773
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres	4 102 558	4 219 673
Comunicação	106 836	125 259
Seguros	376 216	260 843
Contencioso e notariado	3 240	2 445
Despesas de representação	3 470	5 040
Limpeza, higiene e conforto	459 239	424 894
Outros serviços	178 255	85 800
	<b>13 718 177</b>	<b>11 137 705</b>

Esta rubrica registou em 2015 um acréscimo de 23% face aos valores registados no período homólogo do ano anterior.

A variação registada, no valor de 2.580.472 euros resulta essencialmente dos seguintes motivos:

- Intensificação do recurso a subcontratação para suprir o incremento do volume de trabalho contratualizado com os clientes, impossível de assegurar com os recursos internos disponíveis.
- Necessidade de adequar a carteira de seguros da empresa às exigências contratualmente estabelecidas pelos clientes, traduzindo-se num aumento de cerca de 115.000 euros face aos valores registados em 2014.



- Atividade de recolha de resíduos que, em linha com o aumento do volume de trabalho acima referido, registou na rubrica Outros Serviços um aumento de 82.500 euros.
- Aquisição de serviços de técnicos especializados, nomeadamente assessoria técnica e jurídica, apoio informático, entre outros, que no seu conjunto representaram um acréscimo de cerca de 143.000 euros em trabalhos especializados.

As restantes rubricas não sofreram uma variação relevante.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 33.

## GASTOS COM O PESSOAL



	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações dos órgãos sociais	5 395	5 676
Remunerações do pessoal	19 219 740	19 771 491
Indemnizações	210 160	2 473 776
Encargos sobre remunerações	4 332 449	4 470 976
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	598 981	613 701
Gastos de ação social	100 437	76 039
Outros gastos com o pessoal	847 005	724 896
	<b>25 314 167</b>	<b>28 136 555</b>

No período em análise verificou-se uma diminuição da rubrica de gastos com o pessoal na ordem dos 10%. Se à análise comparativa se excluir o efeito das indemnizações, essa redução é de apenas 2,2%.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro deu-se início em 1 de janeiro de 2015 à reversão da redução remuneratória que vigorava desde 2011. Naquela data, foram repostos 20% do valor dos cortes de salários. Apesar deste incremento de gastos com o pessoal pela reposição parcial das remunerações, a diminuição do efetivo de 1.030 para 979 originou uma diminuição no total de gastos com o pessoal.

Relativamente às indemnizações por mútuo acordo houve uma redução de 91,5% o que se traduziu em cinco saídas em 2015 contra as 66 saídas de 2014.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal agrega diversos gastos, nomeadamente os gastos referentes a concessões de transportes no montante de 673.339 euros, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 34.

# OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS



	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	795 232	1 249 809
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 373	1 115
Ganhos em inventários	1 948	6 286
Correções relativas a exercícios anteriores	299 238	274 100
Excesso de estimativa para imposto	63 223	-
Diferenças de câmbio favoráveis	118	79
Investimentos não financeiros - Sinistros	22 105	170 131
Investimentos não financeiros - Alienações AFT	-	350
Outros	26 157	114 030
	<b>1 209 395</b>	<b>1 815 900</b>

Genericamente, em 2015 verifica-se uma redução de cerca de 606.505 euros nesta rubrica, maioritariamente justificada pela diminuição dos rendimentos suplementares referentes a Cedência de materiais da ordem dos 522.000 euros.

## OUTROS GASTOS E PERDAS



	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	65 617	13 813
Dívidas incobráveis	251 833	-
Perdas em inventários	216 489	161 044
Investimentos não financeiros	354	1 275
Correções relativas a exercícios anteriores	442 412	179 580
Serviços bancários	39 603	12 379
Diferenças de câmbio desfavoráveis	156	48
Gastos e Perdas Financeiras - Juros Suportados	3 504	249
Outros	67 660	17 455
	<b>1 087 628</b>	<b>385 843</b>

Os valores registados em "Outros Gastos e Perdas", decorrem essencialmente de:

- Gastos com emolumentos registados na rubrica "Impostos", no valor de 50.930 euros, pagos ao tribunal de contas em resultado da concessão de visto prévio a contratos celebrados com clientes, designadamente a CP e a CP-Carga.
- Dívida incobrável no valor de 250.000 euros, referente a um perdão de dívida ao Metro de Lisboa, nos termos do acordo constante da Adenda ao Protocolo celebrado entre a EMEF e esta entidade.
- Perdas em inventários no montante de 203.456 euros decorrente de abates de materiais obsoletos e deteriorados, cuja perda por imparidade não estava criada para a totalidade do valor.
- Correções relativas a exercícios anteriores, dos quais se destacam 211.921 euros de gastos com eletricidade e água das instalações de Guifões e com o *forfait* das concessões de transporte ferroviário referentes ao período de 2014 e cujo valor não era conhecido à data de fecho do período de 2014 e 151.405 euros correspondente a regularização de situações faturadas em exercícios anteriores e anuladas em 2015.
- Penalidades contratuais no montante de 43.000 euros, aplicadas pelo Metro do Porto no âmbito do Contrato de Manutenção da Frota Tram-Train e Euro-Tram, registadas na rubrica "Outros".

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 36.

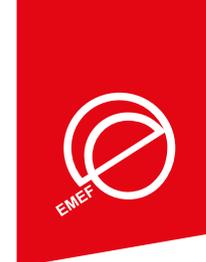
# GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Gastos</b>		
Ativos fixos tangíveis	(1 112 809)	(1 239 965)
Ativos intangíveis	(1 362)	(1 306)
	<b>(1 114 171)</b>	<b>(1 241 271)</b>

Os gastos registados nesta rubrica resultam das depreciações e das amortizações dos bens de acordo as vidas úteis definidas no ponto 3.2. Políticas contabilísticas relevantes.

A diminuição das depreciações e das amortizações de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis no período de 2015 está diretamente relacionada com a tendência de crescimento das aquisições, fator ao qual se junta o facto de alguns bens existentes terem terminado a sua vida útil no final de 2014 ou durante o período de 2015.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 37.

## JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS



	31-12-2015	31-12-2014
Juros de Financiamentos Bancários	95 627	136 123
Juros de Financiamentos Acionista	516 031	810 313
Outros Juros	59 920	224 699
Outros Gastos Relativos Financiamentos Obtidos	36 344	73 417
	<b>707 923</b>	<b>1 244 552</b>

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores e a uma redução do endividamento.

Apesar do descrito na Nota 21 – Financiamentos Obtidos, a rubrica de juros de financiamentos do Acionista inclui a especialização de gastos referentes aos juros dos períodos compreendidos entre o vencimento de cada contrato de empréstimo e o término de 2015.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 38.

## IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados refere-se não só à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data do relato, mas também à estimativa do imposto sobre o lucro tributável.

O aumento verificado face ao período anterior deve-se por um lado ao incremento da tributação autónoma apurada em resultado do alargamento da esfera de incidência às viaturas ligeiras de mercadorias referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Código do Imposto Sobre Veículos, e por outro, ao aumento do resultado líquido do período.



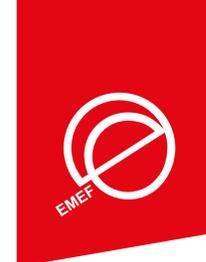
	31-12-2015	31-12-2014
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(122 900)	(90 017)
	<b>(122 900)</b>	<b>(90 017)</b>

Os prejuízos fiscais que a EMEF tem para reporte à data de 31 de dezembro de 2015 constam do quadro seguinte:



ANO DE REPORTE DO PREJUÍZO	PERÍODO EM QUE SE PODE DEDUZIR	RESULTADO FISCAL
2011	2012-2015 4 anos	(1 583 918)
2013	2014-2018 5 anos	(3 965 417)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais gerados poderão ser reportados e deduzidos pelo método do FIFO durante os períodos indicados no quadro acima, sem no entanto exceder o limite definido de 70% do lucro tributável.



## PARTES RELACIONADAS

À data de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, EPE são os seguintes:



		2015								
		Ativos			Passivos					
DESCRIÇÃO	Natureza da Relação	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Financiamentos Obtidos	Diferimentos		
CP	A	2 608 867	2 850	b)	-	14 154	309 702	13 500 000	5 131 071	a)
CP Carga	B	3 868 859	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecosaúde	B	-	-	-	12 308	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	446 003	-	-	-	91	-	-	250	a)
Nomad Tech	A	20 653	277 460	-	361 863	14 256	-	-	4 992	a)

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

		2014								
		Ativos			Passivos					
DESCRIÇÃO	Natureza da Relação	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Financiamentos Obtidos	Diferimentos		
CP	A	7 885 801	-	-	88 185	343 551	b)	13 500 000	5 738 131	a)
CP Carga	B	3 399 891	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecosaúde	B	-	-	-	11 527	-	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	268 923	5 652	b)	-	2 418	-	-	750	a)
Nomad Tech	A	318 849	219	b)	-	384 429	145 712	-	5 000	a)

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

2015									
DESCRIÇÃO	Natu- reza da Relação	Inventários		Investi- mentos	Gastos			Rendimentos	
		Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Forne- cedores e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financia- mento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendi- mentos e Ganhos
CP	A	19 812	6 743	4 190 438 a)	659 223 b)	227 431 c)	516 031 d)	36 688 859	215 200
CP Carga	B	-	-	-	-	-	-	11 876 497	4 251
Ecosaúde	B	450	-	1 690	67 531	-	-	-	-
Fernave	B	-	-	-	6 150	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	37 455	-	3 135 630	440 432
Nomad Tech	A	-	-	1 226 531	-	30	-	-	153 237 e)

a) Inclui o montante de 42.441 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 16.708 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 81.323 euros referentes à especialização de gastos

d) Inclui o montante de 170.275 euros referentes à especialização de gastos

e) Inclui o montante de 4.992 euros referentes à especialização de rendimentos

2014									
DESCRIÇÃO	Natu- reza da Relação	Inventários		Investi- mentos	Gastos			Rendimentos	
		Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Forne- cedores e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financia- mento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendi- mentos e Ganhos
CP	A	43 727	10 578	4 551 574 a)	559 662 b)	94 058	810 313 c)	37 972 423	655 727
CP Carga	B	-	-	-	-	-	-	7 399 050	-
Ecosaúde	B	500	-	1 475	70 330	-	-	-	-
Fernave	B	-	-	-	3 720	323	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	1 146	-	2 882 939 d)	532 721
Nomad Tech	A	-	-	874 134	-	4 130	-	-	217 814 e)

a) Inclui o montante de 38.375 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 18.392 euros referentes à especialização de gastos

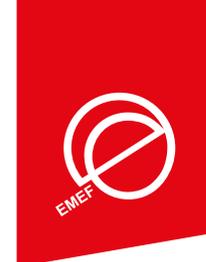
c) Inclui o montante de 65.388 euros referentes à especialização de gastos

d) Inclui o montante de 5.652 euros referentes à especialização de rendimentos

e) Inclui o montante de 219 euros referentes à especialização de rendimentos

Foram suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:

Auditoria e Consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	4 500
Consultoria Fiscal	9 020
Órgão de Fiscalização	5 395



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 40.

## GARANTIAS E AVALES



	31-12-2015	31-12-2014
<b>Garantias Bancárias</b>		
Garantias bancárias recebidas	567 580	750 339
Garantias bancárias prestadas	4 310 663	780 649
	<b>4 878 243</b>	<b>1 530 988</b>
	<b>Valor Total</b>	<b>Valor Utilizado</b>
<b>Garantias do Acionista</b>		
Cartas Conforto (Linhas de crédito)	6 987 979	-
Cartas Conforto (Garantias bancárias)	3 910 648	3 910 648
Fianças (Financiamentos mlp)	3 062 500	3 062 500
	<b>13 961 127</b>	<b>6 973 148</b>

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 41.

## LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são os que a seguir se apresentam:



	31-12-2015	31-12-2014
Menos de um ano	58 588	90 779
Entre um e cinco anos	71 442	74 293
	<b>130 030</b>	<b>165 072</b>

## II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 42.

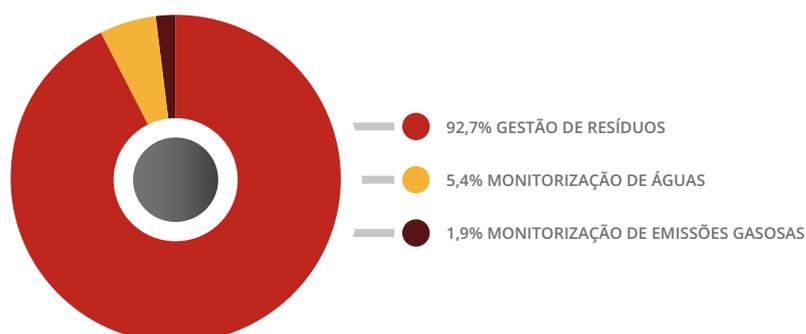
# MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na área ambiental foram desenvolvidas diversas, das quais destacamos:

- Continuidade da política de recolha e tratamento de resíduos. Celebrou-se, em abril de 2015, um novo contrato de gestão de resíduos com a Renascimento e manteve-se o acompanhamento e monitorização do mesmo.
- Avaliação interna da conformidade com os requisitos das normas ISO 9001, NP 4427, Reg. EU 445/2011 e HST, e avaliação de requisitos ambientais.
- Contratação de apólice de seguros de Responsabilidade Ambiental, conforme determinado pelo Decreto-Lei n.º 147/2008.
- Acompanhamento e verificação da implementação das ações constantes no Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE), elaborado na sequência das auditorias energéticas realizadas por Entidades Credenciadas, nas instalações abrangidas – Parque Oficinal Centro (Entroncamento) e Parque Oficinal Norte (Guifões). O Relatório de Execução e Progresso do POC (Entroncamento) foi finalizado, entregue e aprovado pela DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia) em 2015.
- Realização de diversos estudos de soluções associadas às medidas de racionalização de energia (MRE) preconizadas, nomeadamente para melhoria da iluminação.
- Início de procedimento de consulta, no final de 2015, a entidades reconhecidas pela DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), para realização de auditorias energéticas, a concretizar nas instalações onde a EMEF labora e em que é titular de um contrato de energia (Decreto-Lei n.º 68-A/2015). Para efeitos legais, a DGEG deferiu um requerimento da EMEF para permitir a entrega dos relatórios de auditoria energética previstos no diploma, até ao final do 1.º semestre de 2016.

No domínio de ambiente, durante o ano de 2015 registou-se um gasto de 143.231 euros, contra 96.873 euros do ano transato, distribuído da seguinte forma:

 GASTOS AMBIENTAIS 2015





A “gestão de resíduos” inclui o encaminhamento de resíduos para um destino licenciado para o efeito, incluindo os resíduos da Safetykleen, taxas de gestão de resíduos, bem como limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos.

A “monitorização de águas” engloba a realização de análises a efluentes líquidos (águas residuais) e análises de controlo para consumo humano.

A “monitorização de emissões gasosas” relaciona-se com a caracterização dos efluentes gasosos das chaminés dos estabelecimentos onde a EMEF labora.

O aumento de cerca de 32% relativamente ao gasto do ano anterior em matérias ambientais, relaciona-se com o facto de ter sido efetuada uma limpeza total à ETAR do POC, algo que nunca havia sido realizado.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 43.

## ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Em 19 de outubro de 2015 foi celebrado, entre a Transdev e a EMEF, um contrato para manutenção das frotas de material circulante da Empresa Metro do Porto, cujo início estava dependente da produção de efeitos do contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.

Perante a decisão tomada pelo Governo no início de 2016, de reverter o processo de subconcessão em curso, o contrato estabelecido entre a EMEF e a Transdev não produzirá efeitos.

Lisboa, 29 de março de 2016

O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente

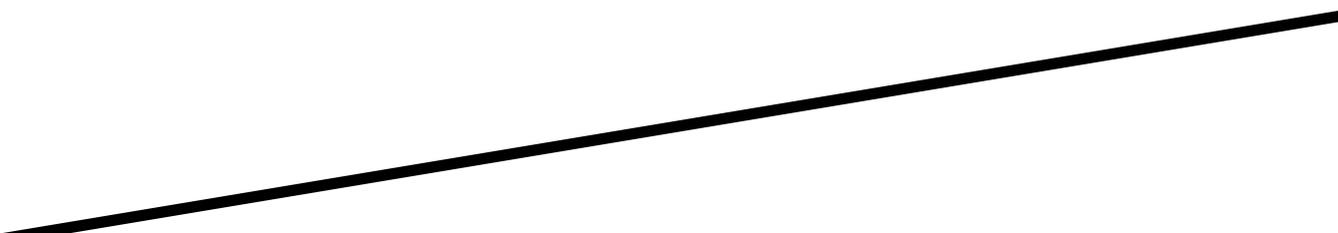
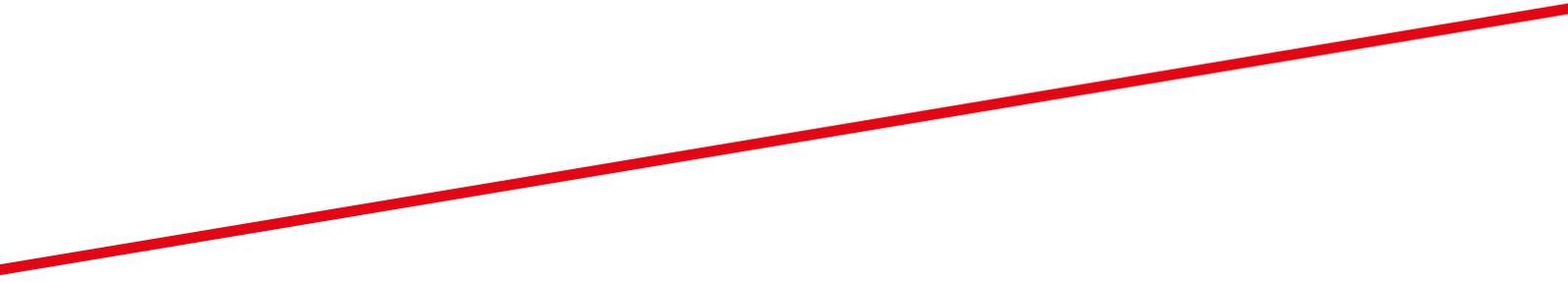
Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós

Contabilista Certificada

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório





Conhecimento no lugar certo  
Knowledge in the right place  
[emef.pt](http://emef.pt)

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

# MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS





## I MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despende no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos por:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

# ESTRUTURA DE CAPITAL





## II ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações serão nominativas ou ao portador, podendo ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

# PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS





### III PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

No final de 2015, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:

#### PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

DESIGNAÇÃO	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH, Lda	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:

#### ENTIDADES EM QUE A EMEF É SÓCIO EFETIVO OU FUNDADOR

Entidade	Ano adesão	Valor da Participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2 500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31 944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.



### ENTIDADES EM QUE A EMEF É ASSOCIADA

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES
IPQ Instituto Português para a Qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

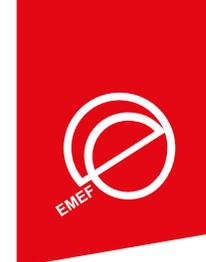
As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51.º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.



# ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES





## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

### MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto Pago (€) (2)
2013-2015	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0

(1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) - Antes de reduções remuneratórias

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

## ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

O Conselho de Administração é composto por dois membros executivos do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias *	Deliberação da AG	1	Não remunerado
	Vogal	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente **	Deliberação da AG	1	Não remunerado
2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	Decisão Acionista	1	Não remunerado
	Vogal	Nuno Serra de Sanches Osório	Deliberação da AG	1	Não remunerado

\*Renunciou ao cargo em 22/07/2015 - \*\*Renunciou ao cargo em 30/03/2015

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na Assembleia Geral seguinte. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

## CURRICULA VITAE RESUMIDOS



**ENG.º MANUEL TOMÁS CORTEZ RODRIGUES QUEIRÓ**

(Presidente desde agosto de 2015)

Mestrado de Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), Instituto Superior Técnico, 1983-1985, e Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1978.

Presidente da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, desde agosto de 2015.

Presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E., desde fevereiro de 2013.

Presidente do Conselho de Administração da CP Carga – Logística e Transporte de Mercado-rias, S.A., desde março de 2013.

Assistente, Professor Auxiliar, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes (1980 a 2013).

Sócio-Gerente, da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos (2006 a 2013).

Administrador na Empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA (2002 a 2005).

Deputado à Assembleia da República (CDS), tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da Definição de opções a respeito de Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coincinação e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural e Política nacional de produção de Energia (anos de 1983 a 1987, 1991 a 1995 e 1999 a 2002).

Consultor e Projetista (1989 a 1993).

Subtenente da Armada (1978 a 1980).

**DRA. CRISTINA MARIA DOS SANTOS PINTO DIAS**

(Presidente até agosto de 2015)

Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, ISEG, 1995, Licenciada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, (ISEG), 1985-1990, e Pós-Graduação em Altos Estudos de Transportes no Instituto Superior de Transportes, ISTP, 1999-2000.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E. desde fevereiro de 2013 e Vogal do Conselho de Administração da mesma empresa entre junho de 2010 e fevereiro 2013.

Presidente da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, de março de 2013 a agosto de 2015.

Presidente do SIMEF desde julho de 2014.

Membro do Board da NomadTech, SA. desde a sua constituição (novembro de 2013).

Presidente do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE desde março de 2013.

Administradora na OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, desde julho 2010.

Exerceu o lugar de Diretora de Direção do Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança na CP (de fevereiro 2005 a junho 2010).

Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (2004/2005).

Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – do Professor Doutor António Carmona Rodrigues (2003/2004).

Diretora de Regulação Económica no ex-Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, tendo exercido outros cargos de direção em empresas públicas de relevo no contexto nacional.

Docente no Instituto Superior Economia e Gestão na pós-graduação Leadership & Management, na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários Artigos de opinião publicados no Caderno Mensal “Transporte Público-Mobilidade Inteligente”, num jornal diário.

**DR. NUNO SERRA SANCHES OSÓRIO**

(Vogal desde maio de 2015)

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989, e frequência do PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, na AESE, 2011.

Vogal executivo do Conselho de Administração da EMEF, SA, desde maio de 2015.

Vogal executivo do Conselho de Administração da CP, EPE, desde maio de 2015.

Administrador na APL (2013-2015).

Administrador Executivo na ETE Logística, S. A., Administrador na Autoguer - Aluguer de Automóveis e Equipamento, S. A., Gerente na ETE Logística de Moçambique, Lda e Gerente na Transporte Sousa Mendes — Transporte de Mercadorias, Lda (2008-2013).

Presidente do Conselho de Administração da ATI - Arnaud Transitários (Ilhas), S. A. e Administrador na Logisdar - Logística e Transporte de Mercadorias, S. A. (2005-2008).

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos do Mar (2004-2005).

Diretor de Investimentos da Intermoney Valores, Sucursal em Portugal (2003-2004).

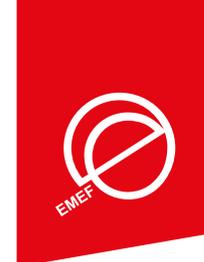
Administrador e Membro da Comissão Executiva do Banif - Banco de Investimento, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banifundos Cisalpina — Soc. Gestora de Fundos Mobiliários, S. A., Administrador e Membro da Comissão Executiva da Banif Patrimónios — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. e Presidente do Conselho Fiscal da APFIN — Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento e de Patrimónios (1999-2002).

Presidente da Finivalor - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. e Administrador da Finipatrimónio - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1996-1999).

Diretor de Investimentos da Carnegie Portugal - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1994-1996).

Diretor Adjunto na Espírito Santo - Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (1991-1994).

Trader na CISF - Corretora, Soc. Corretora de Valores Mobiliários, S. A. (1989-1991).

**DRA. MARIA ISABEL DE JESUS DA SILVA MARQUES VICENTE**

(Vogal até maio de 2015)

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Vogal executiva do Conselho de Administração da CP, EPE, com os pelouros económico e financeiro, de fevereiro de 2013 a maio de 2015.

Vogal executiva do Conselho de Administração da EMEF, SA; Administradora única da ECO-SAÚDE, SA; Gerente da SAROS, Lda; Vogal do Conselho de Administração da FMNF, em representação da CP, EPE, desde março de 2013.

Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo do IMTT com os pelouros financeiro e de organização e gestão, entre outubro de 2007 e fevereiro de 2012. No âmbito destas funções foi, por inerência, Vogal do Conselho Executivo da AMTL-IP.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Vela 2007, SA, empresa pública que organizou os campeonatos do mundo de vela, em 2007, com o pelouro financeiro e de organização de novembro de 2005 a outubro de 2007.

Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças de março a julho de 2005.

Subdiretora Geral do Tesouro tendo sob a sua responsabilidade as funções do Departamento de Intervenção Financeira do Estado, designadamente, no âmbito do Setor Empresarial do Estado, de julho de 2001 a março de 2005.

Adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças para a área do Setor Empresarial do Estado, de outubro de 2000 a julho de 2001.

Inspetora de Finanças na Inspeção Geral de Finanças, IGF, no serviço de Auditoria ao Setor Empresarial do Estado entre setembro de 1991 a outubro de 2000.

Inspetora Administrativa na Inspeção Geral da Administração do Território, IGAT, de 1988 a setembro de 1991.

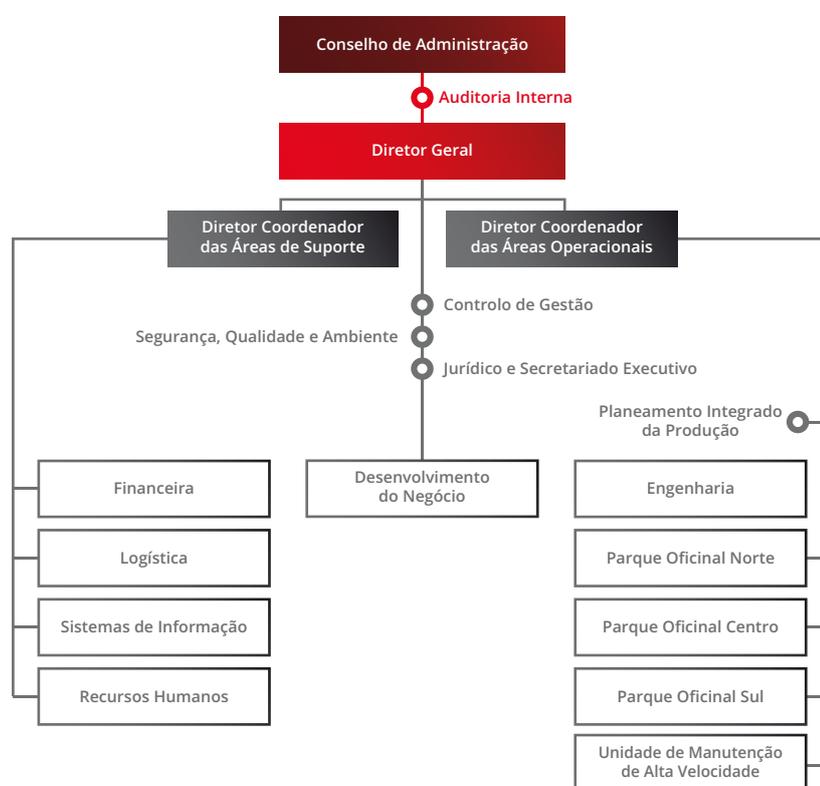
Técnica Superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento de 1985 a 1988.

Funcionária administrativa na Direção-Geral de Viação, de 1974 a 1985.

Na área académica, entre 1986 e 2011, foi docente no Instituto Superior de Novas Profissões, INP, atualmente incorporado no Instituto Superior de Gestão, tendo lecionado várias disciplinas da Área Financeira.

## IV ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

# ORGANOGRAMA DA EMPRESA



Foram realizadas pelo Conselho de Administração 37 reuniões durante o ano de 2015. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração é muito elevada e todas as ausências estão justificadas.

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.



## IV ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // C.

# FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

## CONSELHO FISCAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2015	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues		3	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2014
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó		3	
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes		4	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (1)	Bruto Pago (€) (2)
2015	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	0	0
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes	0	0

(1) - Valor bruto anual fixado; (2) - antes de reduções remuneratórias

## CURRICULA VITAE RESUMIDOS

### DR. ARLINDO JOSÉ CRESPO RODRIGUES (Presidente)

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação no âmbito da Função de Pessoal, ministrado pelo ex-Instituto para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão e Frequência do 2.º Curso Geral de Gestão em 1989, ministrado pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF e da CP Carga, desde março de 2013.

Diretor Geral da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., desde agosto de 2014.

Exerceu diversas funções na CP, EPE, nomeadamente como Diretor responsável pela DCC -

Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais (abril de 2011 a março de 2013), Diretor-Coordenador da CP - Serviços (Unidade de Serviços Partilhados da CP) (2010 a março 2011), Membro da Direção Executiva da CP-Lisboa (2008 a 2010) e Vogal da Comissão Executiva da USGL – Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa (2002 a 2008).

Representante da C.P. na OEINERGE (Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras) exercendo funções como Presidente do Conselho Fiscal da referida entidade (2010-2012).

Administrador-Delegado da SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A., de 2001 a maio de 2002.

Vogal Executivo do Conselho de Administração da PEC-TEJO – Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, S.A, tendo exercido em acumulação funções de Vogal Não Executivo da PEC - Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, de 1998 a 2001.

Administrador da PORTUCEL INDUSTRIAL – Empresa Produtora de Celulose, S.A. e PORTUCEL FLORESTAL – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A., de 1997 a 1998.

Presidente da Mesa das Assembleias Gerais das Empresas: RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, Portucel Viana, Portucel Embalagem, Portucel Tejo, Portucel Recicla, Gescartão e Tecnocel, de 1995 a 1999.

Vogal do Conselho de Administração da Papéis INAPA, S.A. como representante da Portucel SGPS, de 1995 a 1997.

Administrador da PORTUCEL – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A. – Empresa Holding do Grupo Portucel - bem como funções como Vogal dos Conselhos de Administração das Empresas: Portucel Industrial, Portucel Florestal e Gescartão, SGPS, S.A., de 1993 a 1997.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia do Papel do Prado, em acumulação com os cargos no Grupo Portucel, de 1994 a 1997.

Administrador da DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A., de 1990 a 1993.

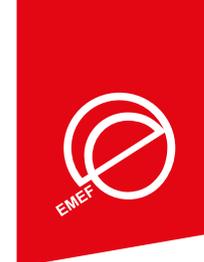
Vogal da Comissão de Gestão da DOCAPESCA/Sociedade Concessionária da Doca de Pesca de Pedrouços e do SLV – Serviço de Lotas e Vendagem, de 1988 a 1990.

Vogal do Conselho Fiscal das Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S. A. (C.R.C.B.S.A.), de 1986 a 1988.

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Pescas, de 1985 a 1988.

Assessor no âmbito do Ministério do Mar em 1985.

Técnico, e posteriormente Quadro Diretivo, dos Quadros de Pessoal do Crédito Predial Português (nas áreas de Pré-Contencioso e Gestão de Recursos Humanos) de 1975 a 1985.



 **DRA. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ**  
(Vogal)

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, pós graduada em Corporate Finance pelo INGED-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho Fiscal das empresas: EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadoria, S.A, desde março de 2013.

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, desde 2013.

Diretora Financeira da CP, responsável pelas áreas de gestão financeira e tesouraria, de 2011 a 2013.

Responsável da Gestão Financeira - Finanças Corporativas com a missão de gerir os recursos financeiros e otimizar as condições de financiamento do Grupo, negociando condições de empréstimos e gerindo os contratos de financiamento e instrumentos de gestão de risco, de 2007 a 2011.

Responsável da Gestão Financeira do Curto Prazo do GGFC, assegurando os contactos com as Instituições Bancárias para a contração de empréstimos, visando a otimização dos recursos financeiros disponíveis, de 2003 a 2007.

Técnica Licenciada do Gabinete de Gestão Financeira, participando na montagem de operações de financiamento externo e gerindo e controlando os diversos contratos de financiamento e contratos derivados, de 1998 a 2003.

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM - Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito, de 1996 a 1998.

Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.



**DRA. CARLA MANUELA SERRA GERALDES**

(Vogal suplente)

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

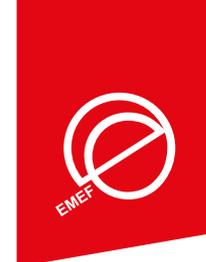
Revisora oficial de contas desde 2002. Manager do departamento de auditoria da Deloitte & Touche de 1996 a 2003.

Desenvolveu a sua atividade numa multinacional de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 15 anos em auditoria, dos quais nove anos como Revisora Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários sectores de atividade. Atualmente, e desde 2004 é sócia da Horwath & Associados e é responsável por diversos trabalhos de auditoria/revisão.

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa.

O atual Conselho foi eleito em Assembleia Geral de 15/3/2013 para o período de 2013 e viu o seu mandato renovado em 24/4/2014, cujas funções manteve durante o ano de 2015, tendo reunido neste último ano por cinco vezes.

Os seus membros, individualmente ou em conjunto, têm dado continuidade ao acompanhamento da atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e dos Relatórios de Desempenho da empresa. Acompanharam também a evolução do processo de reprivatização da empresa, bem como analisaram e deram parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) elaborado para 2015.



## REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

A EMEF tem como revisor oficial de contas a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, e é representada pela Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas pela primeira vez em Assembleia Geral de 30/03/2012 até ao fim do mandato que terminou em 31/12/2012, foi reeleita em 15/3/2013 para o período de 2013 e viu o seu mandato renovado em 24/4/2014, cujas funções manteve durante o ano de 2015.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.

### ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2015	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda		4	Mantiveram as funções para as quais foram nomeados no ano 2014

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (1)	Bruto Pago (€) (2)
2015	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	5 395	5 395

(1) - Valor bruto anual fixado; (2) - antes de reduções remuneratórias

O valor atual foi resultado de concurso público cujo critério de adjudicação foi o preço mais baixo e o valor não sofreu qualquer incremento face aos anos anteriores (2013 e 2014).

## IV ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES // E.

## AUDITOR EXTERNO

Tal como anteriormente referido, a EMEF tem como auditor externo a empresa Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LDA., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 9199, e é representada pelo Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2015 foi o seguinte:

### AUDITOR EXTERNO

REMUNERAÇÃO PAGA À SROC (inclui contas individuais e consolidadas)	(€)	(%)
Valor dos serviços de revisão de contas	0	0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	4 500	100%
<b>Total pago pela empresa à SROC</b>	<b>4 500</b>	

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa-mãe.



# ORGANIZAÇÃO INTERNA





V ORGANIZAÇÃO INTERNA // **A.**

# ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

V ORGANIZAÇÃO INTERNA // **B.**

# CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organograma, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa-mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Área dedicada à monitorização constante da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:

- a. elaborar o Plano anual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;

- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo no entanto riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

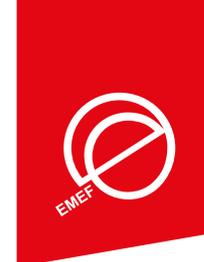
V ORGANIZAÇÃO INTERNA // C.

## REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

### Regulamentos Internos

- |  |  |
|--|--|
| 1. Estatutos da Sociedade                                    | 10. Manual de Recursos Humanos                                 |
| 2. Acordos de Empresa  | 11. Política de Recursos Humanos                               |
| 3. Código de Ética   | 12. Procedimentos de Recursos Humanos                          |
| 4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética | 13. Regulamento de Categorias Profissionais                    |
| 5. Manual da Qualidade                                       | 14. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel                   |
| 6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança                | 15. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços           |
| 7. Procedimentos Funcionais do Ambiente                      | 16. Regulamento de Controlo de Alcoolémia                      |
| 8. Procedimentos Funcionais da Qualidade                     | 17. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho |
| 9. Normas Internas   |  |



## Regulamentos Externos

1. Portaria 53/71, de 3 de fevereiro – alterada pela Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro – Regulamento geral de segurança, higiene e saúde no trabalho nos estabelecimentos industriais, e outros regulamentos relacionados de vários âmbitos (ruído laboral, substâncias químicas, segurança contra incêndios, equipamentos de trabalho ...)
2. Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto – Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços, e outros regulamentos relacionados (equipamentos dotados de visor, segurança contra incêndios, ...)
3. Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril – Regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera
4. Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro) – Regime geral de gestão de resíduos
5. Decreto-Lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro – Regulamento geral do ruído
6. Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público
7. Parte I do Código dos Contratos Públicos
8. Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril – Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia
9. Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho – alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março e 60/2012, de 14 de março – Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais
10. Despacho n.º 438/10-STEF, de 10 de maio – Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
11. Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro – condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura
12. Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio – Sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção de vagões de mercadorias e outros regulamentos com ele relacionado
13. Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Gestão das Águas superficiais e subterrâneas
14. Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto – Sistema da Indústria Responsável (SIR)
15. Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto – Somente capítulo V: Instalações que utilizam solventes orgânicos
16. Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99 – Regime jurídico do Setor público empresarial e empresas públicas e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março – Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
17. Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro – Republica a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro – Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, com enquadramento no Código do Trabalho, e outros regulamentos relacionados
18. Decreto-Lei n.º 41/2014, de 18 de março, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro
19. Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro – Certificação técnicos em substâncias que prejudicam a camada de ozono (ODS)
20. Regulamento (UE) n.º 1005/2009, de 16 de setembro – relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
21. Regulamento (UE) n.º 321/2013 da Comissão, de 13 de março – Fabrico de vagões de mercadorias do sistema ferroviário da União Europeia (alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1236/2013, de 2 de dezembro)
22. Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro – relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis de construção civil e de engenharia civil
23. Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro – Diretiva Equipamentos de trabalho
24. Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho – Diretiva Máquinas – Visa assegurar a livre circulação das máquinas e respetivos acessórios, fixando igualmente os requisitos essenciais para a saúde e a segurança dos trabalhadores e dos consumidores

### Código de Ética

---

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

V ORGANIZAÇÃO INTERNA // D.

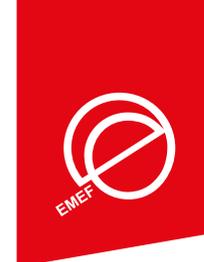
## DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO DA INTERNET

Conforme previsto no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no site da EMEF. A empresa tem sítio da internet em [www.emef.pt](http://www.emef.pt).



# REMUNERAÇÕES





VI REMUNERAÇÕES // **A.**

## COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

VI REMUNERAÇÕES // **B.**

## COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.

VI REMUNERAÇÕES // **C.**

## ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa-mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC – Horwath & Associados, SROC, Lda - cujos honorários são de valor anual de 5.395€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

VI REMUNERAÇÕES // **D.**

## DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa-mãe.



# TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS





## VII TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

### INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS (euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	5 619 679	36 904 058
CP CARGA	-	11 880 748
ECOSAÚDE	69 671	-
FERNAVE	6 150	-
EMEF/SIEMENS, ACE	37 455	3 576 062
NOMAD TECH	1 226 561	153 237

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam o um milhão de euros são os seguintes:

### FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FSE (euros)

Empresa	Valores sem IVA
C P - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	4 515 438
NOMAD TECH LDA	1 226 531
GESTION MAQUINARIA FERROVIARIA SL	642 997



ANÁLISE DE  
SUSTENTABILIDADE  
DA EMPRESA  
NOS DOMÍNIOS  
ECONÓMICO,  
SOCIAL E  
AMBIENTAL





## VIII ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

### // RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

No desenvolvimento da atividade no ano de 2015, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos bem como diligenciou no sentido de desenvolver o mercado externo e interno.

### // RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A EMEF garante o seu compromisso com o Ambiente através da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, possuindo um Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde o ano de 2000 conforme norma NP EN ISO 9001.

De forma a dar cumprimento ao acima exposto, o programa anual de auditorias internas global contemplou, para além dos requisitos ligados às normas NP EN ISO 9001, NP 4427 e à Segurança Ocupacional, também a avaliação de requisitos de Gestão Ambiental, contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental da EMEF.

Durante o ano de 2015 foram desenvolvidas diversas ações nas áreas de Segurança, Qualidade e Ambiente de que se destacam as seguintes:

- *Gestão de resíduos*

Após concurso público nacional efetuado ainda no final de 2014 (em colaboração com o departamento jurídico e o de logística), foi adjudicado o novo contrato de gestão de resíduos à empresa “Renascimento”, o qual foi celebrado a 6 de abril de 2015.

Foi realizada, através do gestor de contrato, a monitorização e gestão do contrato global de resíduos em vigor, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço revelou até ao momento um desempenho bastante positivo.

- *Responsabilidade Ambiental*

Na sequência de trabalho anteriormente iniciado e após procedimento em “Consulta Aberta”, a 1 de julho de 2015, a EMEF passou a deter seguro específico de Responsabilidade Ambiental, conforme Decreto-Lei n.º 147/2008.

- *Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)*

Decorrente do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o SGCIE, este sistema insere-se também num plano para racionalização dos consumos energéticos e conseqüente redução dos seus custos.

As instalações abrangidas por este sistema são o POC (Entroncamento) e PON (Guifões), tendo em 2015 sido realizados os Relatórios de Execução e Progresso (REP) do Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE), referentes ao ano de 2014, para verificação da implementação das ações definidas anteriormente.

O REP referente ao POC (Entroncamento) foi finalizado, entregue e aprovado pela DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia) em 2015.

Através da Função “Conservação e Segurança de Instalações”, a EMEF, levou a efeito estudos de soluções associadas às medidas de racionalização de energia (MRE) preconizadas, nomeadamente na melhoria da iluminação, ciente dos condicionalismos existentes.

• *Auditorias Energéticas*

Para dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, no final de 2015 foi efetuada consulta a entidades reconhecidas pela DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), para realização de auditorias energéticas, a realizar nas instalações onde a EMEF labora e em que é titular de um contrato de energia. Para efeitos legais, a DGEG deferiu um requerimento da EMEF para permitir a entrega dos relatórios de auditoria energética previstos no diploma, até ao final do 1.º semestre de 2016.

• *Equipamentos de ar condicionado*

Em 2015 foram certificados quatro técnicos do POC para o Manuseamento de Gases Fluorados de efeito de estufa (GFEE) em Equipamentos de Refrigeração, de acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril.

• *Monitorização de efluentes líquidos e gasosos*

A nível local, os Parques Oficiais procederam à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisitos legais/regulamentares, com vista ao cumprimento dos limites especificados.

• *Comunicação interna e externa de cariz ambiental*

- Envio dos mapas de resíduos e carregamento no Portal SILiAmb (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
- Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;
- Integração de dados para inquérito do INE “Gestão e Proteção do Ambiente 2014”;
- Consolidação e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo ao ano de 2014.



- *Ao nível das oficinas da EMEF realizou-se:*
  - Análise e monitorização de requisitos relativos a manuseamento de fluidos frigoríficos, na implementação de melhorias relativas a efluentes líquidos e gasosos, solventes, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, etc.
  - Acompanhamento de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de gestão de solventes, registo anual de resíduos (SIRAPA) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos.
- *Obras Oficina de Material Motor – Parque Oficinal Centro*  
Foi elaborada justificação técnica de apoio à decisão relativa às obras necessárias realizar na Oficina de Material Motor, associados a necessidades de melhoria ambiental.

## // RESPONSABILIDADE SOCIAL

### • *Princípio da Igualdade de Género*

O Código de Ética reprova de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo e existe uma Comissão de Ética à qual pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do mesmo Código.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos.

Na EMEF as políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

Em termos absolutos o número de mulheres em cargos de chefia manteve-se em 2015 mas em termos percentuais desceu relativamente a 2014.



### NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

	Sexo									
	Feminino				Masculino					
	2014	%	2015	%	2014	%	2015	%	2014	2015
Quadros Superiores	25	23%	25	23%	86	77%	86	77%	111	111
Diretores	2	13%	2	11%	13	87%	16	89%	15	18
Chefes de Área	8	32%	8	32%	17	68%	17	68%	25	25
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	93	100%	89	100%	93	89
Profissionais altamente qualificados e qualificados	19	2%	16	2%	805	98%	761	98%	824	777
Profissionais semiquualificados	1	100%	1	100%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
	<b>45</b>	<b>4%</b>	<b>42</b>	<b>4%</b>	<b>985</b>	<b>96%</b>	<b>937</b>	<b>96%</b>	<b>1 030</b>	<b>979</b>

- *Apoio a clientes e grau de satisfação*

Os programas de manutenção constantes dos contratos de manutenção específicos de cada frota/segmento de mercado, aos clientes CP, CP-Carga e Metro do Porto foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios, ponderados aos valores de *forfait*, de disponibilidade e de fiabilidade.



Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual
Alfa e Intercidades	98%
Suburbanos Lisboa	56%
Suburbanos Porto	96%
Metro do Porto	100%
Regional	79%
Mercadorias (material motor)	85%



Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	562 716
Suburbanos Lisboa	37 820
Suburbanos Porto	390 459
Regional	65 032
Mercadorias (material motor)	34 715

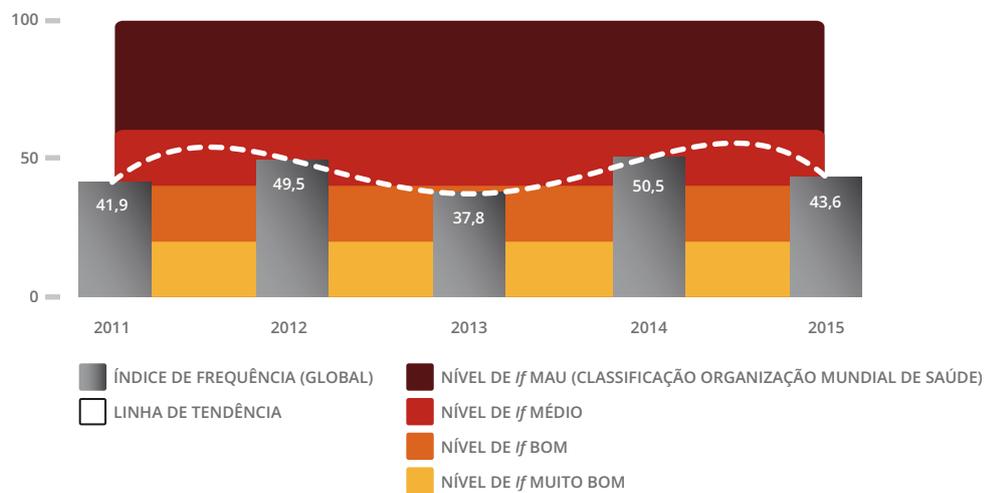


### • Higiene e Segurança no trabalho

As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes de trabalho (onde têm sido incluídos os acidentes de percurso), durante os últimos cinco anos.

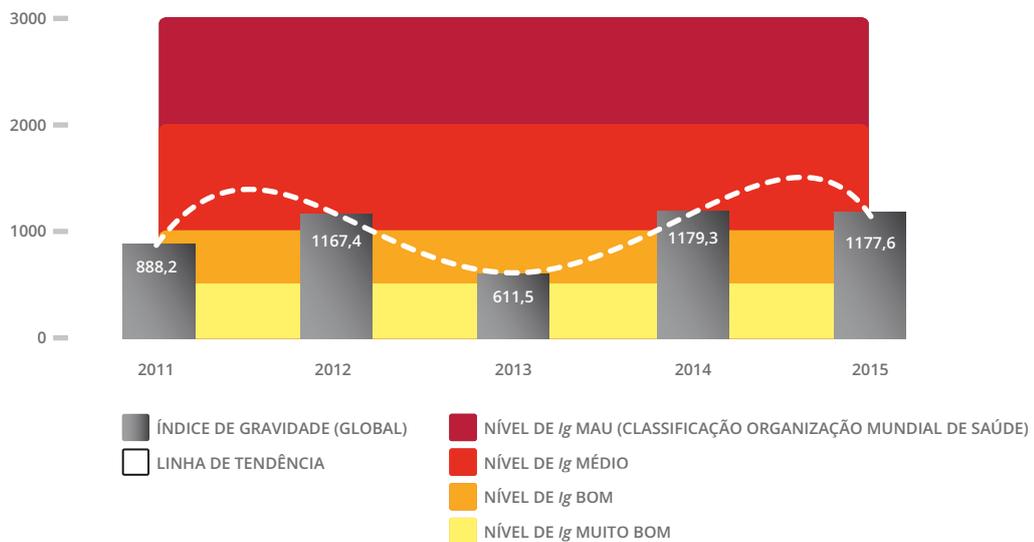
#### ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (*I<sub>f</sub>*) 2011-2015

$$I_f = \frac{(\text{n.º acidentes com baixa}) \times 10^6}{\text{n.º horas homem trabalhadas}}$$



#### ÍNDICE DE GRAVIDADE (*I<sub>g</sub>*) 2011-2015

$$I_g = \frac{(\text{n.º dias úteis perdidos}) \times 10^6}{\text{n.º horas homem trabalhadas}}$$



Desde 2011 até 2015, verifica-se oscilação nos valores dos indicadores dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig) globais.

Comparando os anos 2014 e 2015, verificou-se em 2015 a ocorrência de menos 10 acidentes, o que se traduziu numa diminuição global do n.º de acidentes em cerca de 9,8% face a 2014 e, especificamente no caso de acidentes com baixa, a diminuição foi de 18,6%. O n.º de horas homem trabalhadas em 2015 e utilizadas no cálculo dos índices estatísticos reduziu 6% face 2014. A conjugação destes fatores no cálculo destes índices estatísticos globais (EMEF) permite verificar a melhoria dos mesmos em 2015 face a 2014.

- *Gestão do capital humano*

#### **Reuniões com ORT's**

O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, prosseguiram o clima de diálogo e a política de reuniões frequentes com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. Continua-se a realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

#### **Empregabilidade**

O ano de 2015 continuou a ser um ano de ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho e à reorganização operada na Empresa.

O efetivo da EMEF em 31 de dezembro de 2015 era de 979 colaboradores (as), dos quais 96% eram homens e 4% eram mulheres.



A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

### EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Nessa data todos os colaboradores/as da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, existindo, ainda, 14 colaboradores/as com contrato de cedência ocasional, 2 trabalhadores/as com acordo de comissão de serviço e outro com acordo de cedência de interesse público.

### VÍNCULO LABORAL

	2014				2015			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	402	20	422	41,0%	397	20	417	42,6%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	572	19	591	57,4%	529	16	545	55,7%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	11	6	17	1,7%	11	6	17	1,7%
Contrato de Trabalho a termo certo	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>985</b>	<b>45</b>	<b>1 030</b>	<b>100,0%</b>	<b>937</b>	<b>42</b>	<b>979</b>	<b>100,0%</b>

Em 2015 continuou a verificar-se uma diminuição do efetivo. Saíram da Empresa 55 trabalhadores (4 estavam cedidos ao SIMEF), dos quais 38 por mútuo acordo.

### MOTIVO DAS SAÍDAS

	2014			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Caducidade Cont.Ced.Temp.Ocas.	0	0	0	0	0	0
Denúncia-Cess.p/Iniciativ.Trab	2	1	3	8	0	8
Falecimento	0	0	0	2	0	2
Reforma por Invalidez (+2/3)	5	0	5	5	0	5
Reforma por Velhice (normal)	0	0	0	0	0	0
Revogação p/ Mútuo Acordo	30	3	33	35	3	38
Transmissão Posição Contratual	0	0	0	0	0	0
Caducidade CT a Termo	0	0	0	2	0	2
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	<b>41</b>	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>55</b>

A idade média situou-se nos 47,6 anos e a antiguidade média nos 24,2 anos. Ambas subiram cerca de meio ano relativamente a 2014.

### IDADE MÉDIA

	2014			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	37,1	40,6	37,3	38,2	41,6	38,4
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	54,0	56,5	54,1	54,6	56,6	54,7
Colaboradores/as Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	50,9	43,7	48,4	51,9	44,7	49,4
<b>Total</b>	<b>47,7</b>	<b>47,1</b>	<b>47,1</b>	<b>47,6</b>	<b>47,7</b>	<b>47,6</b>

### ANTIGUIDADE MÉDIA

	2014			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	11,9	11,9	11,9	12,9	12,9	12,9
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	32,4	34,6	32,5	33,0	34,2	33,0
Colaboradores/as Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	18,9	16,3	18,0	19,8	17,3	18,9
<b>Total</b>	<b>22,1</b>	<b>23,9</b>	<b>23,8</b>	<b>24,3</b>	<b>21,7</b>	<b>24,2</b>



A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por género e por vínculo laboral, é a seguinte:

#### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	Homens	Mulheres	Total
Ensino Básico	46,6%	0,8%	47,4%
Ensino Secundário	39,1%	0,9%	40,0%
Ensino Superior	10,0%	2,6%	12,6%

Verificou-se, em 2015 e em termos percentuais, uma ligeira subida nos grupos “Ensino Superior” e “Ensino Secundário” e uma descida no grupo “Ensino Básico”. Estas modificações deveram-se essencialmente à saída de colaboradores/as.

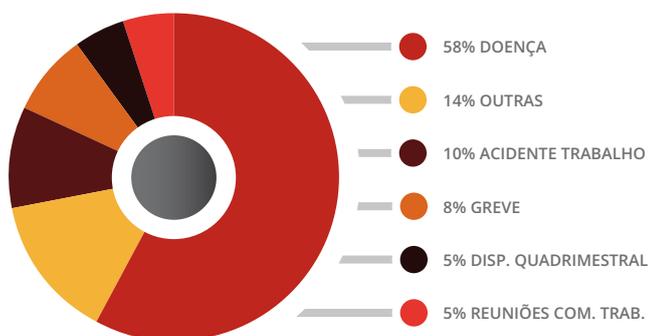
#### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	ENSINO 2014			ENSINO 2015		
	Básico	Secundário	Superior	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores/as admitidos/as diretamente para a EMEF	12,3%	20,7%	7,9%	12,6%	21,7%	8,7%
Colaboradores/as transitados/as da CP para a EMEF	36,8%	18,1%	2,5%	34,8%	18,1%	2,8%
Colaboradores/as Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	0,0%	0,3%	1,4%	0,0%	0,3%	1,1%
	49,1%	39,1%	11,8%	47,4%	40,0%	12,6%

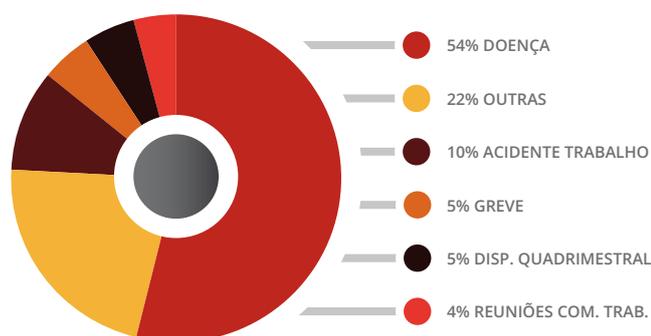
### Absentismo

O absentismo situou-se nos 8,81%, tendo descido 0,05% relativamente a 2014. A principal causa do absentismo na EMEF continuou a ser a “Doença”, tendo descido 4% relativamente ao ano transato. As ausências relativas a “Acidentes de Trabalho” mantiveram-se ao mesmo nível de 2014 e as relativas a “Outras” causas subiram 8% fundamentalmente devido ao aumento das dispensas de serviço concedidas pelo Conselho de Administração em 2015. Verificou-se, ainda, uma descida nas ausências por “Greve” (3%).

**MOTIVOS DE ABSENTISMO 2014**



**MOTIVOS DE ABSENTISMO 2015**



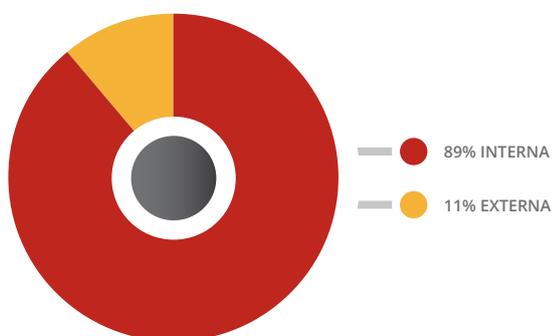


## Formação

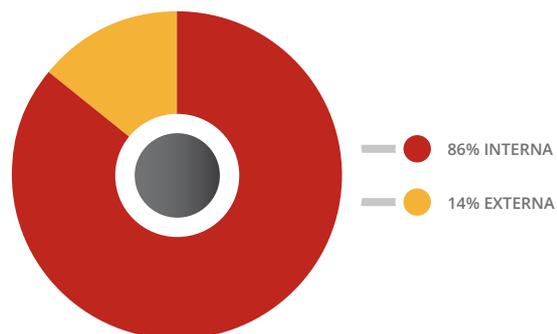
No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF manteve em 2015 a orientação para a formação interna.

Assim, as ações de formação interna corresponderam a 86% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 14%.

### FORMAÇÃO EXTERNA/INTERNA EM 2014

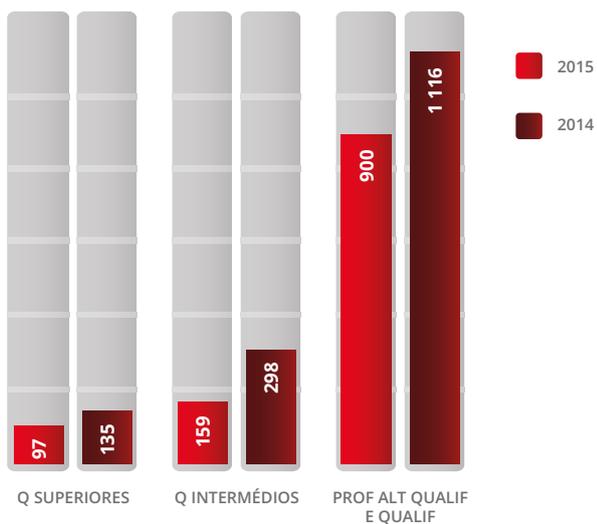


### FORMAÇÃO EXTERNA/INTERNA EM 2015



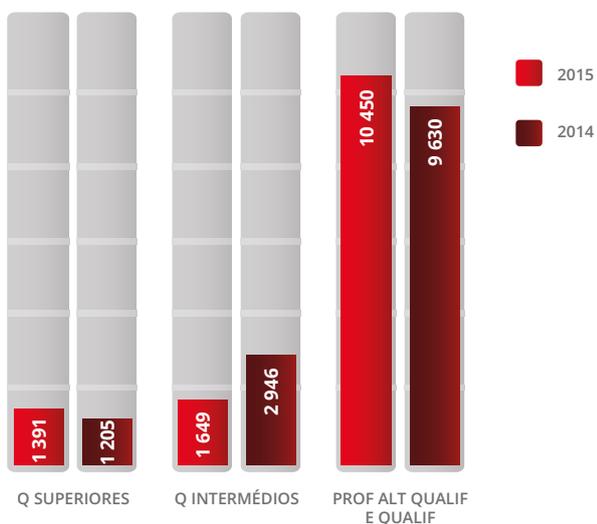
Nessas ações de formação participaram 1.156 formandos, distribuídos pelos seguintes níveis de qualificação:

**N.º DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO**



Foram ministradas 13.490 horas de formação, assim distribuídas:

**HORAS DE FORMAÇÃO POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO**





### Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) com base na Norma Portuguesa 4427:2004 cuja certificação foi renovada pela APCER em 2015.

Em 2015 foi efetuada pela SGS a auditoria de acompanhamento à certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos conforme a mesma Norma Portuguesa, que foi concluída com sucesso.

Prosseguiram em 2015 os trabalhos para a implementação da “Matriz de Competências” em todas as atividades operacionais desenvolvidas na Empresa por forma a garantir e evidenciar que os trabalhadores têm as competências necessárias para as tarefas que desenvolvem no âmbito da prestação dos serviços de Manutenção.

A Política de Recursos Humanos da EMEF assume a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visa cumprir os seguintes objetivos:

1. Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;
2. Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
3. Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa pela legislação em vigor.

No ano de 2015, a EMEF concedeu 29 estágios curriculares, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.

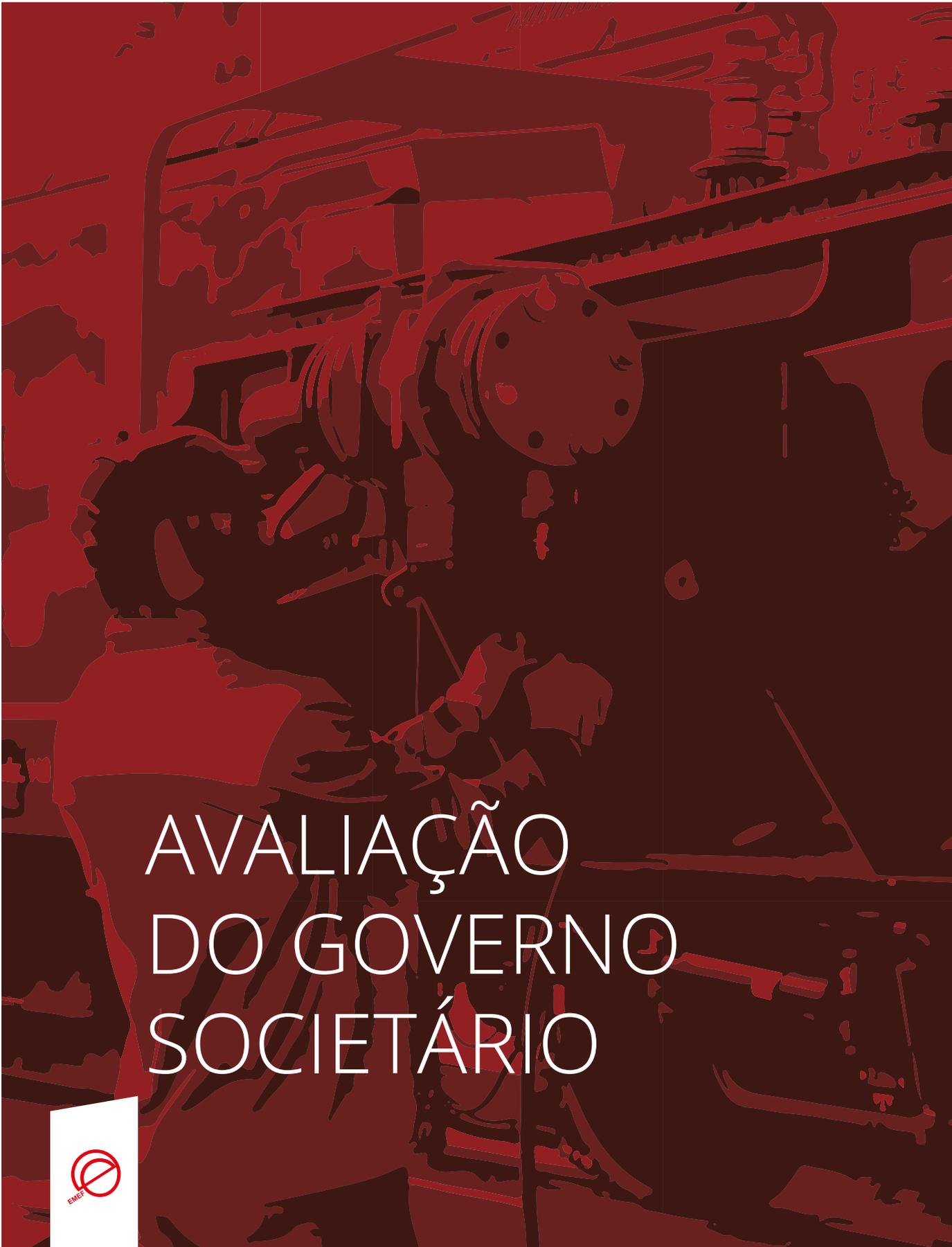
Foi aplicado um inquérito para a avaliação do nível de satisfação interna.

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou Amas inscritas na Segurança Social).



# AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO





## IX AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 29 de março de 2016

O Conselho de Administração

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório







EMPRESA  
DE MANUTENÇÃO  
DE EQUIPAMENTO  
FERROVIÁRIO, S.A.

Serviços Centrais  
Rua das Indústrias, 21  
2700-460 AMADORA  
Telef.: (+351) 211 027 700  
Fax: (+351) 213 578 875  
geral@emef.pt  
www.emef.pt

